



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

CLÊNIA VALÉRIA GONÇALVES SOARES

EDUCAÇÃO SEXUAL:
GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NAS EXPERIÊNCIAS E NA FORMAÇÃO
DE GRADUANDO(A)S EM PEDAGOGIA

CAJAZEIRAS-PB

2018

CLÊNIA VALÉRIA GONÇALVES SOARES

**EDUCAÇÃO SEXUAL:
GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NAS EXPERIÊNCIAS E NA FORMAÇÃO
DE GRADUANDO(A)S EM PEDAGOGIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação (UAE) do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Câmpus de Cajazeiras/PB, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Martins Joca

Cajazeiras-PB

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

S676e Soares, Clênia Valéria Gonçalves.

Educação sexual: gênero e diversidade sexual nas experiências e na formação de graduando(a)s em pedagogia / Clênia Valéria Gonçalves Soares. - Cajazeiras, 2018.

97f.

Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Martins Joca.

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2018.

1. Educação sexual. 2. Diversidade sexual. 3. Gênero sexual. I. Joca, Alexandre Martins. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 37:613.88

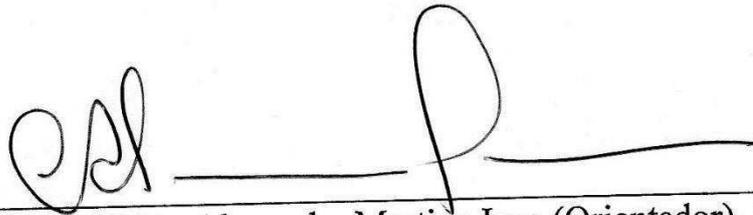
CLÊNIA VALÉRIA GONÇALVES SOARES

**EDUCAÇÃO SEXUAL:
GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NAS EXPERIÊNCIAS E NA FORMAÇÃO
DE GRADUANDO(A)S EM PEDAGOGIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação (UAE) do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Câmpus de Cajazeiras/PB, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Aprovado em 06 / 08 /2018

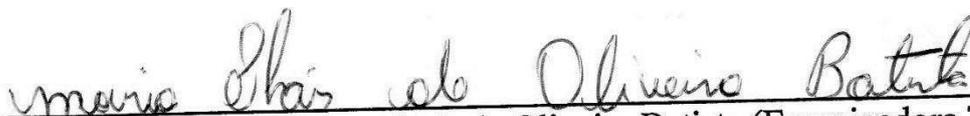
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Alexandre Martins Joca (Orientador)
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)



Prof.ª Dr.ª Kássia Mota de Sousa (Examinadora Titular)
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)



Prof.ª Ms.ª Maria Thaís de Oliveira Batista (Examinadora Titular)
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

A minha família.

*A minha mãe, minhas irmãs, meu irmão, meus sobrinhos e
especialmente o meu pai, quem guardo na memória.*

*Homem simples, amigo, de muitos valores e virtudes,
que respeitava e cuidava de todos que de dele precisasse.*

Homem de muitas histórias!

A ele que não teve tempo de compartilhar comigo desse momento grandioso.

Dedico!

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado coragem, paciência, determinação e fé nesta jornada acadêmica, não foi fácil, a cada dia era um desafio, minha aprendizagem se consistia nos olhares e leituras de lábios, meu ouvir era o estímulo, e assim ia acontecendo, algumas vezes no silêncio das noites lágrimas escorriam pelo o rosto, e em minhas orações ele me fortalecia e permitiu chegar ao fim.

Ao meu orientador Alexandre Martins Joca, por toda paciência e dedicação que teve comigo e principalmente por entender minhas limitações, mesmo assim não me abandonar, até quando sumia de sua vida, e finalizo com um sentimento eterno de gratidão de que “fui levada por um anjo”.

As professoras Kássia Mota de Sousa, Maria Thaís de Oliveira Batista e Luísa de Marillac Ramos Soares, pela gentileza de aceitar o convite para compor a banca de defesa desse trabalho.

A minha família que tanto me ajudou, consolando e incentivando a todo instante com palavras e gestos afetuosos.

A minha mãe Adalgisa, por todo amor e cuidado dedicado, pela força que sempre me deu, “filha você vai vencer, é capaz, é inteligente...”, e até mesmo em forma de orações ela me protegia, és minha fortaleza, te amo.

As minhas irmãs protetoras Cláudia (a comadre elegante), Claudiana (a sentimental) e Clébia (a revolucionária) por sempre me ajudarem, vocês são minha inspiração.

Ao meu irmão Lavosier Antonio, com seu jeito de ser, me dizia que eu ia conseguir.

Aos meus sobrinhos Antonio Cleber e Antonio Bernardo, pela alegria e amor.

Ao meu cunhado Antonio Welinton, pelo carinho e atenção.

Aos meus tios e tias por todo carinho.

A minha prima, tia, irmã Luizângela (Lulu).

A Gledson Monteiro, que pacientemente me ajudou nas transcrições das entrevistas.

As minhas primeiras professoras Maria Aparecida Dantas e Maria Gilberleide da Silva Soares, por tudo que sou hoje, através delas eu conheci o mundo.

A todos os professores com quem tive a honra de aprender, para além da formação escolar à formação acadêmica.

Aos meus colegas do Curso de Extensão Educação Sexual e Cidadania, que muito contribuíram para a minha pesquisa.

Aos meus entrevistados, pela prontidão e acolhimento em participar da pesquisa.

A minha dupla de cinco, Eridiany (a baixinha aperreada, que cuidava de mim, mãe), Francineide (a menina de fé), Jaquelyne (alegria constante) e Geferson (amor à primeira vista, irmandade), tem grande representação em minha vida, cada um com suas particularidades, me ajudaram na caminhada.

A minha turma 2013.2, que em um dia em que me vi ouvir o silêncio para sempre, eles me permitiram ouvir de novo, o meu muito obrigado, vocês são exemplos de uma sociedade humana.

A Maílza pelas horas de conversas, amizade e carinho.

Aos meus colegas da Secretaria de Educação, pelo apoio, compreensão e carinho neste período de TCC.

Aos meus colegas docentes, pelas palavras de incentivo.

As colegas da escola CELRS, pelo incentivo e carinho.

Aos primos e primas que torceram por mim.

As primas-irmãs Cássya, Kyara e Aucimar.

As companheiras de conversas, estudos e festas Zarinha e Naésia.

A família amigos-irmãos Lúcia, Alciano e Letícyia.

As minhas amigas Ilderlânia e Cristiane, pelo companheirismo e amizade.

A minha turma do 3º ano, que me motivou à pesquisa, à vocês agradeço todo o conhecimento derivado da experiência.

Ao professor Élison, pela paciência de me ensinar inglês, rrsr, um dia eu aprendo a falar “Teacher”.

Agradeço a Luis Palhano Loiola (in memoriam), a quem tive o prazer de conhecer através das leituras, me permitindo pensar numa sociedade de igualdade e humana.

A minha vó Maria (in memoriam), que ainda se faz presente e me faz sorrir.

Ao meu aluno Lildivânio (in memoriam), que sempre me ensinou o valor de amar o outro, com todos os seus defeitos e qualidades.

A painho (in memoriam), que neste momento não tenho nem palavras para expressar, o sentimento se resume apenas em “Te amo!”, obrigado por segurar minha mão aí de cima.

A todas as pessoas próximas e distantes, que torceram por mim e contribuíram de forma direta ou indireta para a realização deste trabalho.

É na minha disponibilidade permanente à vida a que me entrego de corpo inteiro, pensar crítico, emoção, curiosidade, desejo, que vou aprendendo a ser eu mesmo em minha relação com o contrário de mim. E quanto mais me dou à experiência de lidar sem medo, sem preconceito, com as diferenças, tanto melhor me conheço e construo meu perfil.

Paulo Freire

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo discutir sobre a educação sexual a partir das experiências e da formação do(a)s graduando(a)s em Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Está inserida no campo da pesquisa qualitativa. Quanto aos procedimentos metodológicos, a coleta de dados se deu por meio de entrevista semi-estruturada com 04 (quatro) graduando(a)s em pedagogia participantes do curso de extensão “Educação Sexual e Cidadania: formação continuada para professore(a)s e graduando(a)s” e pela observação-participante durante o referido curso, me possibilitando conhecer suas experiências pessoais e de formação profissional, no que diz respeito à educação sexual. O trabalho concluiu que as experiências do espaço da família, na educação desde a infância influenciam na educação sexual dos sujeitos, determinando como devem se comportar, ensinando os papéis para “meninos” e “meninas”, a partir das proibições, dos silenciamentos, da omissão de falar sobre sexualidade. Na escola, essas discussões praticamente não aconteciam, e quando aconteceram foi de maneira não programada, reproduzindo os valores que são instituídos pela família. Sobre a formação profissional foi possível perceber que a entrada do(a)s graduando(a)s na Universidade foi de grande relevância, de maneira que puderam ter conhecimento acerca de gênero e diversidade sexual, especialmente sobre os conceitos e diferenças sobre orientação sexual, desconstruindo e construindo significados acerca da educação sexual e rompendo com conceitos padronizados e/ou enraizados.

Palavras-chave: Educação sexual. Experiência. Formação. Educação. Gênero

ABSTRACT

This research aims to discuss sexual education based on the experiences and training of undergraduate students in pedagogy at the Federal University of Campina Grande (UFCG). It is inserted in the field of qualitative research. As for the methodological procedures, the data collection was done by means of a semi-structured interview with 04 (four) graduating in pedagogy participating in the course "Sexual Education and Citizenship: Continuing Education for Teachers (a) graduating (s) "and by participant observation during the course, allowing me to know their personal experiences and professional training, regarding sexual education. The study concluded that the family space experiences in education since childhood influence the sexual education of the subjects, determining how they should behave, teaching the roles for "boys" and "girls", based on prohibitions, silencing, omission to talk about sexuality. At school, these discussions practically did not happen, and when they happened it was in an unscheduled way, reproducing the values that are instituted family. Regarding the professional formation, it was possible to perceive that the entrance of the graduates to the University was of great relevance, so that they could have knowledge about gender and sexual diversity, especially on the concepts and differences on sexual orientation , deconstructing and constructing meanings about sex education and breaking with standardized and / or rooted concepts.

Keywords: Sexual education. Experience. Formation. Education. Genre

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CF	Constituição Federal
CFP	Centro de Formação de Professores
DST	Doenças Sexualmente Transmitidas
EDH	Educação em Direitos Humanos
GLTB	Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais
LDBEN	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
PEDH	Planos de Educação em Direitos Humanos
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento
UAE	Unidade Acadêmica de Educação
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	19
2.1	Caminhos e descaminhos da pesquisa	19
2.2	A observação Participante: conversando sobre educação sexual	21
2.3	Os sujeitos da Pesquisa: semelhanças e diferenças	23
2.4	As Entrevistas Semi-estruturadas: ansiedades, medos e revelações	24
3	GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL: A (RE)PRODUÇÃO DO MACHISMO E DA HOMOFOBIA	26
3.1	Para entender o machismo e a homofobia	28
3.2	O Movimento de Mulheres e a luta contra o machismo e o sexismo	36
3.3	O Movimento LGBT e a luta contra a lesbo/homo/transfobia no Brasil	38
4	EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	41
4.1	Educação Escolar Brasileira: da pedagogia tradicional à progressista	41
4.2	Educação Escolarizada e os desafios de trabalhar a Educação Sexual	47
4.3	Políticas para a Educação Sexual na Escola	50
4.4	Relatos de uma experiência de formação docente em Educação Sexual	53
4.4.1	A formação em educação sexual na formação docente	53
5	EXPERIÊNCIAS E FORMAÇÃO EM GÊNERO E SEXUALIDADE DE GRADUANDO(A)S DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFCG	63
5.1	Experiências educativas em gênero e sexualidade	64
5.1.1	Gênero e sexualidade na experiência familiar	66
5.1.2	Experiências em educação sexual na escola	68
5.1.3	Experiências com a diversidade Sexual: distanciamentos e aproximações	71
5.2	Formação docente em gênero e sexualidade na UFCG	74
5.2.1	Gênero e sexualidade na formação do(a) pedagogo(a) na UFCG	75
5.2.2	As expectativas do(a)s graduando(a)s em Pedagogia	78
5.3	Curso de extensão “Educação Sexual e Cidadania” sob o olhar do(a)s graduando(a)s em Pedagogia	79
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
	REFERÊNCIAS	92
	APÊNDICES	

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo discutir sobre a educação sexual a partir das experiências e da formação do(a)s graduando(a)s em Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Nesse sentido, analisei as implicações das experiências vividas pelos sujeitos no decorrer da vida, com ênfase nas contribuições da formação docente para a educação sexual desse(a)s graduando(a)s.

Ao questionar como as experiências de vida e a formação docente contribuem para a educação sexual do(a)s graduando(a)s em pedagogia da UFCG, esta pesquisa volta-se para a análise das questões de gênero e diversidade sexual nas experiências e formações de graduando(a)s do CFP/UFCG, de modo a identificar os saberes adquiridos no percurso de vida desses sujeitos e refletir sobre a relevância da formação em Educação Sexual para a formação docente de graduando(a)s do CFP/UFCG.

A motivação inicial do estudo surgiu da minha experiência como professora, quando, seguindo minha rotina, em uma escola no Sítio Três Irmãos, município de Triunfo/PB, enquanto aplicava os conteúdos a uma turma de 3º ano do Ensino Fundamental I para aluno(a)s de oito anos de idade, da educação básica, percebia a inquietude das crianças. Reclamava! Perguntava o que havia e alguns riam e nada falavam. Ao chegar o momento do lanche, de repente uma das crianças vem em minha direção, gritando e bem irritada: “Titia os meninos estão chamando minha irmã de sapatona!”. Naquele momento, pensei: “Meu Deus!!! O que farei?”. Então a auxiliar da escola, olhou pra mim e disse: “E agora?!”. Imediatamente coloquei todas as crianças na sala. Peguei um lápis e desenhei na lousa os modelos de família: homem, mulher e filho; homem, homem e filho; mulher, mulher e filho; avó, avô e neto; tio, tia e sobrinho. Enquanto eu desenhava, eles todos em silêncio, pareciam estar com medo, mas observavam atentamente aos desenhos. Então olhei para elas, e perguntei: “- O que é sapatona? Alguém pode me explicar?”. Uma das crianças saltou: “- Eu não sei o que é não, eu só falei isso porque meu amigo disse!”, Olhei para o amigo e perguntei: “-Você pode explicar para a Tia e para os colegas, o que é sapatona?”. A criança olhou pra mim e disse: “- Ah!!! Eu não sei! Eu ouvi minha mãe dizer que a irmã dela é sapatona!”. Neste momento, eu voltei para a lousa e perguntei: “- O que vocês estão vendo?”. E elas responderam: “- Desenho de famílias.”. Neste momento, iniciei a intervenção sobre vários modelos de famílias, explicando que homem podia casar com homem, mulher casar com mulher, e assim por diante. E as crianças naturalmente viam aquelas imagens. Expliquei que a palavra “sapatona” era uma

palavra pejorativa, “errada para falar”, mas que “sapatona” se referia a mulher que gostava de mulher, lésbica, sentimento de amor, para casar. Falei também da expressão “veado”, que significa gay, homem que gosta de homem. Naquele momento, vi as crianças cheias de curiosidades, mas quando expliquei, o assunto morreu. As crianças nunca mais comentaram sobre isso. Não sei se agi correto, mas naquele momento meu sentimento era de preocupação e de alegria, pois havia promovido uma intervenção para a educação sexual. Ensinar aquelas crianças a respeitar a diversidade e as diferenças. Nesse sentido, foi despertando em mim o interesse, a curiosidade e, principalmente, a necessidade de ter uma formação voltada também para educação sexual, na qual eu seja capaz de ter segurança ao responder aos questionamentos feitos pelos alunos.

Vale lembrar as questões de violências contra as mulheres e pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - LGBT, casos como o de Dandara, Marielle, e Eryka Vanessa, são noticiados diariamente nas redes sociais, pessoas que têm suas vidas interrompidas por uma supremacia machista da heterogeneidade, que padroniza, discrimina e mata. A aversão às pessoas não heterossexuais tem sido denominada nos últimos anos, pelo Movimento LGBT brasileiro, de “lesbofobia, gayfobia, transfobia, com a intenção de demarcar as especificidades identitárias. A ausência dos direitos sociais e políticos têm contribuído para a existência dessas ações, no entanto precisamos educar nossa sociedade para o respeito e não para a intolerância, como o machismo e a homofobia.¹

A partir desse contexto, realizei a pesquisa verificando o processo de construção do conhecimento, uma discussão voltada a necessidade do enfrentamento do machismo e da homofobia nos vários espaços sociais, isto é, as violências geradas contra as mulheres e a população LGBT, pensando especialmente no papel da escola, que é uma das instâncias sociais, responsáveis pelo desenvolvimento intelectual e humano dos sujeitos. Há uma necessidade de uma educação de enfrentamento dessas violências, pois este espaço tem demonstrado fragilidade na condução do processo educativo ao tratar das abordagens da educação sexual, em especial, das questões de gênero e diversidade sexual. Assim, o processo de formação do(a)s futuro(a)s professore(a)s pode ser um dos caminhos que possibilita compreender quais as ações necessárias para a inclusão social e educacional dessas temáticas e principalmente dos sujeitos que sofrem essas violências. Deste modo, tal estudo terá relevância social e acadêmica, ressaltando sua importância teórica, metodológica e pedagógica para a educação.

¹ Aprofundo sobre essas questões no capítulo 3 “Gênero e Orientação Sexual: a (re)produção do machismo e da homofobia”.

Os questionamentos desse estudo serão na perspectiva de gênero, pois “[...]o que homens e mulheres podem e devem fazer por serem homens e mulheres, e, principalmente, quais são e quais deverão ser os direitos de cidadania ligados à sexualidade e à reprodução[...]” (Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual, 2001, p. 127). Isso porque a todo instante a sociedade tenta padronizar as relações sociais de gênero e nesse itinerário buscarei promover um diálogo sobre as experiências vividas e o processo de formação.

Quando penso a diversidade sexual, logo penso “na perspectiva da diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas.” (SILVA, 2000 apud JOCA, 2008, p.63), somente a diversidade pode promover a harmonização entre as relações sociais, e que os sujeitos devem compreender que nossas diferenças é que nos torna únicos, porém estamos na luta pelo direito de ter nossas vontades, desejos e sexualidades respeitados, pois somos diferentes e somos iguais.

E é nesse elo de entender as relações sociais, que a educação sexual deve ser priorizada nas escolas, de modo a (re)construir saberes e práticas voltados ao reconhecimento dos sujeitos com orientações sexuais, identidades de gênero ou sexualidades diversas e que não devem ser motivo de discriminação e preconceito. Nesse sentido, trago para dialogar nesse estudo, os seguintes teóricos, Dewey (1952); Freire (2011); Joca (2008; 2009); Loiola (2006; 2009); Prado e Sanematsu (2017); Waiselfisz (2015).

Quanto aos procedimentos metodológicos deste trabalho, a pesquisa foi realizada na UFCG, *Campus de Cajazeiras*, junto a graduando(a)s em Pedagogia da UFCG, em especial, àqueles que participaram do Curso de Extensão em “Educação Sexual e Cidadania: formação continuada para professore(a)s e graduando(a)s”, realizado no período de 2017.

A coleta de dados se deu por meio de entrevista semi-estruturada com 04 (quatro) graduando(a)s participantes do curso “Educação Sexual e Cidadania: formação continuada para professore(a)s e graduando(a)s” e pela observação-participante durante o referido curso, me possibilitando conhecer suas experiências pessoais e de formação profissional, no que diz respeito à educação sexual.

Posto isto, o trabalho foi dividido em 05 (cinco) capítulos, que propõem enfatizar discussões peculiares a temática. No terceiro capítulo será apresentado as questões de Gênero e Orientação Sexual, a partir dos processos sociais de (re)produção do machismo e da homofobia na sociedade brasileira. Portanto farei aqui um discurso histórico na sociedade brasileira para entender a construção do machismo e homofobia, trago a importância do

Movimento de Mulheres, nas suas lutas contra o machismo e sexismo e o Movimento LGBT, que também luta contra a lesbo/homo/transfobia no Brasil. Essa abordagem será feita acerca da cultura patriarcal, escravocrata e cristã.

O quarto capítulo traz uma discussão voltada para a perspectiva de uma Educação Sexual Escolar no Brasil, assim dos desafios e possibilidades encontradas. Em síntese este capítulo tratará do processo educativo da Educação Sexual, começo fazendo uma retrospectiva da Educação Escolar Brasileira a partir da pedagogia tradicional à progressista, que primeiro vivia sob um regime de autoritarismo, onde o aluno era apenas o receptor de informações, e depois surge a progressista permitindo uma participação ativa de alunos e professores, é dada a liberdade de pensar e agir. Depois trato da Educação Escolarizada e os desafios de trabalhar a Educação Sexual, isto é, a formação, os saberes e as práticas docentes, posteriormente falo das políticas para a Educação Sexual na Escola, também se fez necessário abordar, de maneira a considerar os avanços na educação, envolvendo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os Planos de Educação em Direitos Humanos (PEDH) e as Conferências de Educação, na garantia de promover as pessoas/sujeitos o respeito as diferenças independente do gênero ou orientação sexual e ainda apresento relatos de uma experiência de formação docente em Educação Sexual, a formação em educação sexual na formação docente. Neste tópico falo da importância da formação para a prática docente, em suas competências políticas, científicas e técnicas, destaco também as experiências como importante no processo educativo.

O quinto capítulo é a exposição das experiências e formação em gênero e sexualidade de graduando(a)s do curso de Pedagogia da UFCG. O resultado final que se consolidou através do curso de extensão na formação docente, que discuto no capítulo anterior a este. Neste capítulo são expostas as experiências de vida do(a)s graduando(a)s em gênero e sexualidade, tendo como base a família, a escola e as experiências com a diversidade sexual, vivenciadas a partir de distanciamento e aproximações. Abordo também a formação docente em gênero e sexualidade apreendida no curso de pedagogia da UFCG, como possibilidade de compreender os saberes produzidos principalmente na Universidade e suas expectativas quanto às abordagens sobre sexualidade na formação docente. Apesar de ainda insuficientes, o curso de extensão “Educação Sexual e Cidadania” proporcionou uma reflexão acerca dos conhecimentos sobre a sexualidade, diversidade sexual, a Educação Sexual, de modo geral.

Diante do exposto, compreendo que o processo educativo para a Educação Sexual deve conceber as experiências individuais dos sujeitos de modo a garantir uma formação que vise conhecer os direitos e respeitar as diferenças na diversidade sexual.

2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A pesquisa é o caminho para a construção do conhecimento e para sua realização se faz necessário uma investigação sistemática acerca do tema e do problema ao qual se pretende abordar, com o objetivo de buscar respostas para as possíveis perguntas e obter compreensão da realidade do objeto pesquisado. Segundo Gil (2002, p. 17), a pesquisa é definida como

o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

No entanto, para concretizar a investigação é fundamental que o pesquisador se aproprie rigorosamente dos procedimentos metodológicos, ou seja, dos métodos e técnicas necessários para a construção de novos conhecimentos do seu objeto de estudo. Conseqüentemente, este conhecimento se tornará científico quando for avaliado e sistematicamente elaborado de maneira metódica. Logo, é a metodologia quem possibilita os caminhos que devem ser traçados para se alcançar os objetivos de pesquisa almejados. É o que afirma Oliveira (2008, p. 43): “metodologia é um processo que engloba um conjunto de métodos e técnicas para ensinar, analisar, conhecer a realidade e produzir novos conhecimentos”. Nessa perspectiva entende-se que é a metodologia quem norteia a trajetória de uma pesquisa.

2.1 Caminhos e descaminhos da pesquisa

O caminho investigativo desta pesquisa surgiu, inicialmente, a partir da observação do curso de formação continuada para professore(a)s e graduando(a)s em Educação Sexual e Cidadania. A ideia inicial se tratava de fazer um relato do curso e neste período de curso em que participei, recolhi todos os dados necessários à pesquisa, através de gravação e diário de campo, porém não foi possível seguir este caminho por dois motivos. Primeiro, em virtude das gravações realizadas não terem ficado muito nítidas e segundo, em virtude de minha dificuldade auditiva – de minha deficiência auditiva -, o que dificultou as transcrições. Assim, juntamente com o orientador, pensamos em outra maneira de abordar a temática, outro caminho, optando, então, por aliar as anotações do curso com entrevistas com o(a)s

graduando(a)s de Pedagogia que participaram do curso. Dessa maneira, a pesquisa tomou como objetivo principal analisar as experiências de vida e a formação acadêmica do(a)s os graduando(a)s de Pedagogia, por meio da entrevista semi-estruturada e da observação participante do curso de extensão, registrada em diário de campo.

Assim, a metodologia utilizada na organização dos dados iniciou-se com a inserção do pesquisador no espaço investigado em contato direto com os sujeitos. É nesse contato de pesquisador e pesquisado que começa o processo investigativo, facilitando o processo de coleta de dados. A investigação desta pesquisa em seu método teórico-metodológico se caracteriza como pesquisa qualitativa, uma vez que,

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ele trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994, p.21-22)

Deste modo, a pesquisa qualitativa considera o universo de significados vividos pelos sujeitos, suas relações humanas no espaço, e não se limita apenas à operacionalização de variáveis, que visam quantificar, representar o espaço científico em dados matemáticos, mas compreender a realidade nas ciências sociais como um todo.

O processo investigativo desta pesquisa trata-se de uma temática educativa - Educação Sexual: Experiências e Formação - que surge a partir da observação do curso de formação continuada para professore(a)s e graduando(a)s em Educação Sexual e Cidadania. Desse modo, se tratando do curso de extensão, a observação foi realizada na UFCG, Câmpus de Cajazeiras. O período de realização do curso foi no ano de 2017, entre os meses de julho e agosto. O curso ocorria em dois dias por semana, nas terças-feiras e quintas-feiras, em quatro horas aulas (4h).

O curso de extensão tratou de um processo educacional de ensino-aprendizagem, que envolveu metodologias participativas e dialógicas, a partir das dinâmicas em grupo – contrato de convivência, construção de um cartaz de resgate histórico da formação educacional pedagógica individual de cada sujeito, sobre as características de homens e de mulheres, o papel da escola, elaboração de conceitos “o que sei e o que quero saber”, a FOFA (fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças), debates dos filmes assistidos, socialização em grupo sobre as temáticas nas redes sociais (*facebook* e *WhatsApp*), – constituíram uma abordagem

relevante que facilitou a aquisição de informações necessárias à pesquisa. Assim, a aquisição de informações para esta pesquisa deu-se através da observação participante nas atividades realizadas no curso e em seguida na realização de entrevistas semi-estruturadas para melhor investigação de informações para a coleta de dados. Vale lembrar que no primeiro dia do curso todo(a)s o(a)s participantes foram informados que eu estava observando e registrando as falas para a realização desta pesquisa. Na ocasião, todo(a)s assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 02).

2.2 A Observação Participante: conversando sobre educação sexual

Inicialmente, a coleta de dados foi efetivada com a observação participante, que consiste na relação direta do observador com o objeto de estudo pesquisado, pois, “a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado [...]” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.26). Sendo a observação como instrumento de investigação, o observador pode compreender, analisar e interpretar o estudo através dos saberes e experiências pessoais.

Compreendendo esse método foi dada a minha interação com o estudo em campo, ou seja, minha participação e envolvimento como graduanda do Curso de Pedagogia no espaço investigado. Essa por sua vez não houve nenhuma dificuldade de integração no grupo. Dessa maneira, para investigar o processo de formação continuada, foram observadas entre os professores(as) e graduando(a)s, a partir dos diálogos, suas relações, suas concepções pessoais e acadêmicas a respeito da Educação Sexual e Cidadania no espaço de formação docente.

As atividades observadas foram relacionadas a partir dos seguintes temas: A formação educacional-pedagógica e suas implicações com a sexualidade; O caráter transversal dos saberes sobre a sexualidade: contexto escolar, formação profissional, material didático; As implicações das relações de gênero no cotidiano escolar e não escolar; As relações sociais com a diversidade sexual nos espaços escolares: manifestações negativas e positivas dirigidas a LGBT; Direitos Humanos e comunidade GLTB; Movimento LGBT e de Mulheres: conceitos, histórico e lutas; Construções conceituais de gênero e diversidade sexual e Escola; Educação Sexual: fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças; Perspectivas e desafios da educação no enfrentamento da discriminação e do preconceito à diversidade sexual.

Durante a observação, os instrumentos utilizados foram o diário de campo e um gravador, com a finalidade de registrar todas as palavras ditas, ações, reações e

comportamentos manifestados pelos sujeitos na formação. No diário de campo, anotei o observado, como as falas dos sujeitos, os olhares e gestos expressos, que caracterizavam os momentos formais e informais da vida social, “pois é no diário de campo que o/a pesquisador/a registra os momentos da formalidade e da informalidade, nos intervalos, nas conversas paralelas, enfim, na sociabilidade dos sujeitos envolvidos na formação docente.” (JOCA, 2008, p.32). No entanto, o uso do gravador contribuiu de modo significativo no registro das entrevistas e essencial na transcrição dos discursos, se dando de modo confiável, apesar das dificuldades já mencionadas.

Diante da observação do curso “Educação Sexual e Cidadania: formação continuada para professore(a)s e graduando(a)s”, percebi a importância do período de observar durante a pesquisa. O mesmo foi muito significativo, pois mantive uma atenção que me permitiu sistematizar os conhecimentos acerca da proposta político-pedagógica na escola, uma vez que observar as experiências dos sujeitos, seus saberes, posturas, e posicionamentos diante das questões abordadas despertou para o interesse em analisar as contribuições do curso Educação Sexual e Cidadania na formação de graduandos de licenciaturas do CFP, de modo a refletir sobre a inserção das questões de gênero e diversidade sexual na formação inicial dos graduandos do CFP/UFCG, identificando os saberes adquiridos e refletindo, sobre a relevância da formação em educação sexual para a formação docente de graduando(a)s do CFP/UFCG.

Durante o curso, os discursos apresentados eram de medo, insegurança e desconhecimento de abordar as temáticas. Na primeira aula do curso parecia que o(a)s graduando(a)s estavam com medo, pois “se mostravam tensos e se recusavam a expor sua fala mesmo que a dinâmica do estudo fosse desenvolvida de forma espontânea” (Diário de Campo). Os exemplos postos pelo(a)s participantes “nunca eram sobre si. Sempre se tratavam de outros como: aluno, pai, filho, irmão, sobrinho” e assim por diante. Aos poucos acontecia a interação e espontaneidade de expressar seus sentimentos, muitas vezes marcados por risos. Então percebi que “falar sobre a sexualidade tinha dois lados: o conservadorismo e a banalização” (Diário de Campo).

Foi a partir dessas observações, que considerei importante tratar do processo de formação pedagógica para uma educação sexual, de modo que venha a pensar em uma educação voltada para as questões de gênero e diversidade. Para isso, é necessário refletir sobre o papel social da educação escolar, na perspectiva da educação progressista. Para isso, era preciso também destacar as lutas constantes dos movimentos sociais no enfrentamento de

homofobias e do machismo. Considero a formação docente como um espaço essencial no percurso de uma prática docente para uma educação escolarizada que contribua com a cidadania válida em seus direitos.

2.3 Os Sujeitos da Pesquisa: semelhanças e diferenças

Considerando a ausência de uma discussão nos ambientes educacionais em torno da educação sexual, abordarei a temática educação sexual a partir das experiências e formações de quatro (04) graduando(a)s do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande. A escolha dos participantes se deu pela observação que fiz ao participar do curso de extensão, preferindo os graduandos de Pedagogia, pelo fácil acesso a coleta de dados. O diálogo com o(a)s graduando(a)s, foi de grande relevância para o estudo, fornecendo-nos informações primordiais para o alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa, de modo que ir ao campo possibilitou vivenciar e articular os conceitos mencionados desde o início desse trabalho.

Neste tópico apresentarei o(a)s entrevistado(a)s, que foram de fundamental importância para a discussão deste estudo. Quanto aos graduandos que fizeram parte da pesquisa, serão quatro sujeitos, três (03) do sexo feminino e um (01) do sexo masculino, com idade entre 21 e 25 anos, o curso de atuação, como já mencionei anteriormente, é Pedagogia, e em relação o semestre que estão cursando temos do 4º, 7º e 10º período, todos residem atualmente na zona urbana, mas dois deles já residiram na zona rural. Com base na família, apenas um deles moram com os pais, os outros não mencionaram.

O critério principal utilizado foi a participação no curso “Educação Sexual e Cidadania”. Queria também pessoas com comportamentos diferentes, então selecionei Ana, de 21 anos, a menina que sempre discutia no curso e aparentava ser lésbica; Maria, de 23 anos, a extrovertida. Diana, de 25 anos, a tímida e José, de 23 anos, por ser gay, pois eu queria ter uma abordagem de todos a partir de sua identidade de gênero. Considerando o estado civil, todos são solteiros. Todo(a)s se consideram brancos, porém demonstraram não ter nenhum preconceito com relação a etnia. Todos residem na cidade, três em Cajazeiras, destas uma é de Lavras da Mangabeira, porém para estudar teve que ficar na UFCG e uma mora em Triunfo.

Quando os convidei para serem os sujeitos de minha pesquisa, aceitaram imediatamente e demonstraram muita satisfação. Todas as questões discutidas foram

respondidas com naturalidade. Falaram de coisas que até então, diziam ele(a)s, nunca ter revelado a ninguém.

2.4 As Entrevistas Semi-estruturadas: ansiedades, medos e revelações

A entrevista também foi utilizada no processo investigativo, mais precisamente a entrevista semi-estruturada, que de acordo com GERHARDT & SILVEIRA (2009, p.72): “[...] O pesquisador organiza um conjunto de questões, um roteiro (Apêndice 01), sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal”. Neste tipo de entrevista, o entrevistador tem o roteiro organizado, mas pode estimular o entrevistado a responder naturalmente sobre assuntos do tema que vão surgindo durante a entrevista.

Com relação ao espaço onde realizei as entrevistas, três ocorreram na Universidade e uma em sua residência. A primeira entrevista a realizei com Maria (23 anos), que cursa o 4º período. A entrevista ocorreu na presença de meu orientador, devido a minha dificuldade de saber como faria uma entrevista semi-estruturada. Então, ele me orientou na realização da mesma.

Na realização da primeira entrevista tive muitas dificuldades, não sabendo conduzir por estar ansiosa e com medo de não ouvir os sujeitos, mas no fim consegui cumprir com o objetivo. Maria (23 anos), a entrevistada, respondeu claramente sobre todos os questionamentos e até questionava sobre os “saberes, ou seja, pois demonstrava preocupação se estava respondendo “certo” ou “errado”. Na entrevista, sobre as suas experiências de vida e acadêmica, afirmou ter “quebrado muitos preconceitos que existia” nela e que o processo de formação contribuiu para fazer a intervenção, principalmente, na família.

A segunda entrevista foi com Ana, que cursa o 7º período em pedagogia. Realizei a entrevista sozinha, porém tive que realizar em dois dias, pois na hora da entrevista sempre aparecia alguém e atrapalhava, fazendo perguntas, e nesse meio também surgiu uma tosse alérgica na entrevistada, que exigiu a interrupção da entrevista. Quando fui escutar o áudio tive que fazer novamente algumas perguntas, porque os questionamentos não me permitiram entender claramente as respostas. Aqui, na entrevista, Ana, parecia até que estava fazendo uma retrospectiva de sua vida. Ela respondia a todas as perguntas de forma intensa. Eu sentia

emoção e superação nas palavras e gestos, quando ali relatava suas experiências de vida e acadêmica.

A terceira entrevista foi com José, do 7º período. Também realizei sozinha e na UFCG. Os momentos de entrevista com José foram muitos reflexivos, pois o mesmo respondeu a todas as perguntas se colocando como sujeito que tinha acabado de descobrir sua sexualidade. Ele se apresentava como um sujeito que tinha sua “identidade definida”, a qual, anteriormente ao curso de extensão não aceitava. Com relação às experiências de vida e acadêmica, demonstrou ter rompido o preconceito com ele mesmo.

A quarta entrevistada foi com Diana, aluna do 10º período em pedagogia. A entrevista aconteceu na residência da própria entrevistada. Diana relatou que estava ansiosa para responder sobre as questões. Respondia a todas as perguntas de maneira risonha, relatando seus conhecimentos sobre a sexualidade, e se colocava como aquela que tinha vergonha de se expressar pelo fato de “nunca ter alguém para conversar”. Mesmo assim, suas experiências de vida e acadêmica muito significaram para ser o que é hoje.

Este procedimento investigativo facilitou a obtenção de informações consideradas relevantes para o estudo. Os registros foram concretizados através de gravação, sendo a entrevista dividida em duas partes, a Formação Pessoal (experiência de vida) e a Formação Acadêmica (formação profissional). As entrevistas foram individuais e realizadas com quatro graduandos do Curso de Pedagogia, que participaram da formação continuada².

Considerando o percurso metodológico e importante para a pesquisa, farei a seguir uma revisão teórica do estudo, no intuito de compreender as experiências e formação da Educação Sexual, sua historicidade, as relações sociais vividas, os significados, conceitos, e preconceitos atribuídos as questões de gênero e diversidade sexual nas dimensões política, científica e técnica.

² Vale destacar, que os nomes utilizados para identificação dos entrevistado(a)s, são codinomes, preservando a identidade dos mesmos.

3 GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL: A (RE)PRODUÇÃO DO MACHISMO E DA HOMOFOBIA

Dandara Vive!

Marielle, Presente!

“*Minha maior dor é que ele chamou por mim*”³, palavras da mãe ao lembrar dos apelos de Dandara ao ser torturada. No dia 15 de fevereiro de 2017, no Bairro Bom Jardim, bairro de uma periferia de Fortaleza (CE). Dandara, de 42 anos, foi espancada, torturada, apedrejada e morta a tiros por 05 jovens. O vídeo de seu martírio repercutiu nas redes sociais e o assassinato de Dandara foi matéria internacional. A travesti Dandara não foi a única, tão pouco a primeira e a última vítima da homo/lês/transfobia no Brasil.

Meses depois do violento assassinato de Dandara, a “*vereadora do PSOL, Marielle Franco é morta a tiros na Região Central do Rio*”⁴ (recorte de um site de notícias, 14 de março de 2018). Marielle Francisco da Silva, 38 anos, mulher, negra, feminista, bissexual, ativista dos direitos humanos e da política brasileira foi, assim como Dandara, mais uma vítima do preconceito de gênero. “*Bacharel em direito baleada no rosto morre na PB; suspeito é o namorado*”,⁵ Eryka Vanessa de Lima, jovem Cajazeirense, 32 anos, foi atingida por um tiro do namorado, crime aconteceu dia 24 de abril de 2014, em seu apartamento, localizado no Bairro do Bessa, João Pessoa, Paraíba.

Dandara, Marielle e Eryka fazem parte de uma extensa lista de crimes motivados por preconceitos de gênero e/ou orientação sexual. Crimes noticiados diariamente, no Brasil. A grande maioria não repercutem com tanta intensidade quanto os crimes de Dandara e Marielle, pois ficam, como o de Eryka, restritos à dimensão local.

Neste capítulo faço uma discussão sobre Gênero e Orientação Sexual a partir dos processos sociais de (re)produção do machismo e da homofobia na sociedade brasileira. Para melhor entender, gênero é,

³ Informações retiradas dos sites: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>; e <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>

⁴ Informações retiradas do site: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.ghtml>

⁵ Informações retiradas do site: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/05/bacharel-em-direito-baleada-no-rosto-morre-na-pb-suspeito-e-o-namorado.html>

Na cultura androcêntrica e na sociedade patriarcal, é uma estrutura de dominação simbólica, materializada na organização social e nos corpos, resultante de um processo de construção sociocultural com base nas diferenças sexuais percebidas. Implica relação (masculino X feminino), dicotomia, assimetria, desigualdade, polarização e hierarquia... (ANDRADE; CARVALHO; JUNQUEIRA, 2009, p. 18)

E orientação sexual é

Termo utilizado em referência à orientação do desejo sexual. Modernamente, fala-se em três orientações sexuais básicas: a heterossexualidade (interesse por pessoa do sexo oposto), a homossexualidade (interesse por pessoa do mesmo sexo) e a bissexualidade (interesse por pessoas de ambos os sexos). A orientação sexual não é fruto da deliberação individual, independente de inúmeros fatores de ordem social, cultural, psicológica, histórica etc. Neste sentido, não é apropriado considerar a orientação sexual como um dado da natureza (como querem os essencialistas) nem tampouco com uma mera “opção sexual”. As insistentes buscas para descobrir as “causas” da homossexualidade são pesquisas de questionável valor científico que possuem fundamento homofóbico. Afinal, não se busca com a mesma insistência descobrir as “causas” da heterossexualidade. É preciso ainda atenção para uma distinção importante entre orientação sexual e identidade de gênero. As pessoas transgêneros (travestis e transexuais) não são necessariamente homossexuais, como se costuma pensar. Por exemplo: se uma mulher transexual se relacionar sexualmente com um homem, teremos aí uma relação heterossexual (já que a situação envolve duas pessoas de diferentes identidades de gênero); se preferir relacionar-se com mulheres, teremos uma mulher transexual lésbica (já que a relação se dá entre pessoas com a mesma identidade de gênero). Igualmente, uma travesti (que, apesar de possuir pênis, possui identidade de gênero feminina) pode assumir uma identidade heterossexual se preferir colocar-se como feminina em suas relações com os homens... (ANDRADE; CARVALHO; JUNQUEIRA, 2009, p. 34-35)

Deste modo, começo refletindo sobre a necessidade de se fazer necessário pensarmos qual o papel da sociedade diante desses acontecimentos. Quais os valores que estão sendo construídos? O que leva a sociedade negar os direitos de igualdade de gênero e orientação sexual?

A sociedade brasileira é reflexo de uma cultura patriarcal, escravocrata e cristã, ou seja, essas culturas caracterizam-se pela hegemonia do homem sobre a mulher. Isso faz com que as desigualdades de gênero sejam vivenciadas e/ou praticadas com naturalidade, sem estranhamentos, por parte da população. E quando se refere ao papel da cultura cristã, essa tem grande influência sobre a sociedade, seus ensinamentos quanto à sexualidade, é proclamado como pecado, o prazer sob a perspectiva do cristão é demonizado, significa dizer que o papel da cultura cristã foi e é fundamental para (re)produção de desigualdades.

Nessa seara, vão se constituindo múltiplas violências. As mulheres e LGBT's são as principais vítimas. Quando cito o caso de Dandara, descrevo a realidade de inúmeras travestis que são alvo desses crimes bárbaros, crimes de ódio por não aceitarem a identidade de gênero das pessoas travestis e transexuais; quanto ao caso de Marielle Franco, crime que aconteceu a poucos meses, ainda em investigação, quem realmente matou?! Assim acontece, diariamente, com várias mulheres, principalmente negras. Aquelas que são ativistas, que lutam por igualdade e justiça e tem suas vidas interrompidas. Eryka Vanessa, morta pelo namorado, faz parte de uma extensa lista de crimes dessa categoria: o feminicídio.

Então, o que se há de fazer? Primeiramente, percebe-se a ausência dos direitos sociais e políticos, e a cada dia é crescente o número de violência de gênero e orientação sexual. Precisamos que os direitos sejam válidos, no sentido de garantir às travestis o reconhecimento e autoafirmação como mulher. Que a condição de mulher não seja negatizada também pela etnia. O racismo precisa ser reconhecido como um dos fatores do feminicídio! Que os relacionamentos não sejam abusivos, que as mulheres sejam livres do machismo. Que a vida das mulheres não sejam desvalorizadas, de maneira que seus direitos sociais e políticos promovam a ações em defesa de suas vidas. Entendo ser relevante trazer essas discussões para os espaços sociais. Precisamos educar nossa sociedade para o respeito e não para a intolerância, como o machismo e a homofobia.

3.1 Para entender o machismo e a homofobia

Apesar das transformações sociais no campo da sexualidade, ocorridas nas últimas décadas, observa-se a pertinência das diferenças baseadas no gênero, ou seja, entre homens e mulheres. Essas diferenças são apresentadas a partir dos aspectos biológicos, promovendo uma divisão binária e/ou desigualdade social, em que o homem é colocado como supremo diante da mulher. Segundo JOCA (2008, p.46)

... são os significados atribuídos aos aspectos biológicos e anatômicos que, por milênios, fundamentam e justificam as desigualdades sociais, oriundas do entendimento do ser humano, baseadas na divisão binária do sexo entre homens e mulheres, ou entre a masculinidade e feminilidade. Divisão histórica e culturalmente marcada pela supremacia do poder do homem em detrimento da submissão da mulher.

Desta maneira, fica evidente que as desigualdades sociais entre homem e mulher são marcadamente históricas e culturais. São estas questões de gênero que necessitam serem discutidas diariamente, com o intuito de promover igualdade de direitos, eliminando esse poder do homem sob a mulher. Pois, essas diferenças acontecem em todos os espaços em que há relações sociais, no lar, no trabalho, na escola, na igreja, no lazer, ou seja, cada espaço representa uma diferença. No lar, a mulher deve ser obediente e sustentada pelo homem, no trabalho, o salário melhor na maioria das vezes é do homem, na escola, encontramos as brincadeiras denominadas para meninas e meninos, na igreja, o líder é homem e a mulher deve apenas seguir os ensinamentos, no lazer, encontramos rótulos de bons comportamentos, onde é permitido ao homem a liberdade de agir como quiser enquanto que a mulher precisa demonstrar uma postura digna, isto é, ela não têm a liberdade de agir como quiser, mas como a sociedade tenta lhe padronizar. E as consequências dessas diferenças são os padrões de comportamentos impostos a todo instante diferenciando homens e mulheres. Compreendendo que sempre há um dominação dos homens sobre as mulheres, caracteriza-se como patriarcado. Pois,

[...] Walby (1989), opta pela definição mais inclusiva. Ela caracteriza o ‘patriarcado’ como “um sistema de estruturas e práticas sociais em que os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres”. Todavia, ela faz uma subdivisão em seis categorias: a exploração do trabalho das mulheres por seus maridos; as relações no âmbito do trabalho remunerado; o Estado; a violência masculina; a sexualidade; e finalmente, a cultura. Como boa socióloga, ela nega qualquer papel à biologia. “Patriarcado pertence totalmente a ordem social. (LOVELL, 1996 apud CAMURÇA, 2009, p.97)

Essa discussão justifica como a dominação patriarcal é presente nas práticas sociais e categoriza principalmente a mulher, ou seja, aquela que denominamos como sendo do gênero feminino. Assim, considerando as observações sobre as diferenças e/ou desigualdades entre homens e mulheres, mais uma vez, se faz necessário reforçar a definição de gênero, agora, a partir de Scott (1995), quando a mesma lembra que

O termo gênero torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. “Gênero” é segundo essa definição uma categoria imposta sobre o corpo sexuado. (SCOTT, 1995, p.75 apud JOCA, 2008, p.48).

Portanto, o gênero como construção social é caracterizado a partir do corpo sexuado, nesta perspectiva é definido aos sujeitos que devem agir conforme sua sexualidade, seguindo a hegemonia da heterossexualidade, que padroniza os papéis de comportamentos para homens e mulheres. Segundo os PCN's (2001, p. 144),

Desde muito cedo, são transmitidos padrões de comportamento diferenciados para homens e mulheres. O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social.

Dessa maneira, são as diferenças biológicas do sexo que conseqüentemente definem o gênero, pois esses comportamentos que são padronizados para homens e mulheres começa muito cedo, até mesmo antes do nascimento, no período da gestação já são empregados conceitos e valores a partir da confirmação das genitálias, a todo instante a sociedade atribui significados, distinguindo-os sujeitos.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (2001, p.144) “A discussão sobre relações de gênero tem como objetivo combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação...”. É preciso pensar as relações de gênero, em que os indivíduos independente de seu sexo, possam viver sua sexualidade ou vida de forma livre, excluindo toda a forma de padrão instituído para homens e mulheres na sociedade.

Analizando a definição de KOSS (2004, p.102-103 apud JOCA, 2008, p.46)

Como indivíduos de uma espécie por meio da sexualidade, apresentamos uma diferenciação sexual que nos classifica como homem e mulher. Essa diferença, contudo, se restringe a uma pequena parte do que somos enquanto seres humano. Existem apenas quatro funções biologicamente condicionadas ao sexo, a saber: a capacidade de fecundar, restrita aos indivíduos machos, a capacidade de menstruar, gestar e amamentar, restrita às fêmeas. Todos os demais comportamentos, dos mais simples aos mais complexos, podem ser exercidos por todos os indivíduos da espécie.

Isto é, a diferença existente em torno dos sujeitos é a sexualidade, a função das genitálias. Além disso, não há diferenciação entre os indivíduos, podendo estes agir igualmente, ou seja, ter os mesmos comportamentos. Estes comportamentos, impostos aos

sujeitos, na maioria das vezes, são regidos pela sociedade, que tenta padronizar características para homens e mulheres.

Neste sentido, todos os indivíduos podem viver socialmente sua sexualidade, sem implicações nas relações de gênero independente de sua orientação sexual, pois, “... a orientação sexual diz respeito ao modo como o sujeito vive social e sexualmente sua sexualidade, a partir da identificação com o gênero feminino ou masculino, e independente do seu sexo biológico e do sexo biológico de seus parceiros e/ou parceiras sexuais...” (JOCA, 2008, p.49). Compreendendo o significado de orientação sexual, o sujeito vive socialmente e sexualmente sua sexualidade, a partir da identidade de gênero definida por ele, como feminino ou masculino, sem considerar o sexo biológico de seus parceiros e/ou parceiras, pois suas preferências não tem relação com o sexo biológico, sendo uma relação de sentimento, por quem se sente atraído.

É esta óptica de ações dos sujeitos com relação a definição de gênero que tem ocasionado uma grande desigualdade, uma vez que, a heteronormatividade defende que o homem, classificado como gênero masculino deverá está condicionado a ter atração e desejo sexual pelo gênero feminino, a mulher, ou seja, os desejos sexuais, nas relações de gêneros, somente deve acontecer entre sexos opostos, do contrário é visto de forma negativa.

Deste modo, vale novamente ressaltar que,

... as questões de gênero vêm sendo a matriz das discussões sobre sexo e sexualidade, protagonizadas pelas mulheres no movimento feminista e recentemente por LGBTTT no movimento homossexual. Estas discussões priorizam, em sua abordagem, o questionamento dos saberes hegemônicos vividos nas relações sociais e sexuais, de modo a desvelar os mecanismos construtores do sexismo e da homofobia e a desafiar-los. (JOCA, 2008, p.45)

O movimento feminista e o movimento LGBT são os protagonistas da discussão das questões gênero, já que estes são o alvo de tanta intolerância e indiferença na sociedade, que traz consigo uma reprodução de valores preconceituosos, discriminatórios, estereotipados e homofóbica, ou seja, uma sociedade que é estigmatizada por violências, entre elas, violências fundadas no gênero e na orientação sexual.

Nessa perspectiva, a sociedade brasileira expressa um histórico negativo, a violência contra a mulher e homossexual. De acordo com o Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil (WAISELFISZ, 2015, p.7)

A violência contra a mulher não é um fato novo. Pelo contrário, é tão antigo quanto a humanidade. O que é novo, e muito recente, é a preocupação com a superação dessa violência como condição necessária para a construção de nossa humanidade. E mais novo ainda é a judicialização do problema, entendendo a judicialização como a criminalização da violência as mulheres, não só pela letra das normas ou leis, mas também, e fundamentalmente, pela consolidação de estruturas específicas, mediante as quais o aparelho policial e/ou jurídico pode ser mobilizado para proteger as vítimas e/ou punir agressores.

Significa dizer, que a violência contra a mulher sempre existiu, mas a importância concedida é muito recente, o que permite as mulheres vítimas de possíveis agressões ter defesa em favor da sua vida e posteriormente uma punição para os agressores, e assim encaminhar positivamente para a construção de uma humanidade sem violência. O autor também traz um registro do número de vítimas mortas entre 2003 e 2013, sendo 2013 um destaque, onde 13 mulheres eram assassinadas diariamente. Nessa lógica, o que tem causado tanta morte as mulheres é dito como feminicídio “o assassinato de uma mulher cometido por razões da condição do sexo feminino” (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 12) assim descrevem as autoras o conceito segundo o Código Penal, são estas mortes que tem designado uma desigualdade de gênero. Foi a partir desse levantamento que no Brasil, foi instituída legalmente a Lei nº 13.104/2015, a Lei do Feminicídio, a mesma considera-se “...as razões de condição do sexo feminino quando o crime envolve: I- Violência doméstica e familiar; II- Menosprezo ou discriminação à condição de mulher.” (WAISELFISZ, 2015, p.67)

No que diz respeito ao feminicídio, entre os 83 países, o Brasil ocupa a 5ª posição, com uma taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres. Dados fornecidos pela Organização Mundial da Saúde e considerados elevados. Este quadro, como um dado mais atual, ainda necessita de maior atenção, com o objetivo de reverter a situação, conscientizando e mobilizando a sociedade à enxergar a mulher como um sujeito que tem o direito de viver suas escolhas e livre da supremacia machista.

O cenário de feminicídio está relacionado a variados aspectos sociais. Entre eles, podemos destacar o fato de as maiores vítimas são mulheres negras em relação as brancas, sendo os percentuais para as brancas de 3,6 à 3,2 e para as mulheres negras os percentuais apresentados foram de 4,5 para 5,4 por 100 mil, ocorridas no mesmo período de 2003 a 2013. Isso quer dizer negação que não concebe apenas por ser mulher, mas a etnia também é referência. Em 2013, 1.583 mulheres foram assassinadas por parceiros ou ex, são fatos ligados diretamente ao relacionamento, tem violência ocasionada também por pessoas conhecidas

(como pai, mãe, filho(a), cônjuge, parceiro(a), namorado(a), amigo(a), vizinho(a)) e até desconhecidos, por volta de 5,7% das mulheres maiores de 18 anos já sofreram algum tipo de violência, alguns abusam brutalmente do corpo, os meios utilizados na agressão para mulheres são caracterizado por arma de fogo com 48,8%, em contrapartida temos 73,2 são usados para homicídios masculinos, porém os meios considerados elevados são o aumento de sufocação, objetos cortantes e penetrações indicando crimes de ódios ou banalização, o local de agressão femininos acontecem em via pública com 31,12% percentual pequeno em proporção ao masculino que representa 48,2%, mas um local considerado marcante para o feminino é o domiciliar com 27,1%.⁶ As mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis, também são alvo de violência.

Segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), mulheres lésbicas ou identificadas desta forma são comumente vítimas: de ‘estupro corretivo’, para puni-las, com a intenção de ‘mudar’ sua orientação sexual; de espancamentos coletivos por causa de manifestação pública de afeto; de ataques com ácidos; de entrega forçada a centros que se oferecem para ‘converter’ sua orientação sexual. (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 64)

Com vista no movimento homossexual, “de todas as minorias sociais, os homossexuais são as maiores vítimas do preconceito, mais rejeitados que os negros, judeus e mulheres”. (MOTT, 1997, p. 9 apud LOIOLA, 2006, p.41), a definição colocada acima, mostra explicitamente os homossexuais como as vítimas que mais sofrem por preconceito, atitudes essas homofóbicas e categoricamente violentas. São essas atitudes homofóbicas que necessitam de maior atenção. Enfrentar essa problemática, não tem sido fácil, entretanto se faz necessário essa luta pela liberdade constantemente na garantia de exercer uma cidadania que lhe dê o direito de manifestar sua sexualidade. Nesse cenário,

... é notável que a visão essencialista da sexualidade justifica a persistência de uma sociedade heterogênea na qual as relações afetivas e/ou sexuais socialmente permitidas limitam-se somente às vividas entre indivíduos de gênero opostos – homem e mulher – tomando como fora do padrão as relações afetivas e/ou sexuais entre pessoas do mesmo sexo, designando-as ao plano de marginalidade, da ilegalidade, sofrendo preconceito e discriminação. (JOCA, 2008, p.43)

⁶ Fonte: Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.

Para tanto, é preciso romper com essas concepções que estabelece as relações afetivas e/ou sexuais, de forma que a sexualidade deve ser vivida naturalmente não somente pelos gêneros opostos, mas por gêneros de mesmo sexo, revelando os construtores do sexismo e da homofobia. Visto que, a homofobia é uma manifestação designada com maior frequência atualmente, precisamos entender que esse

termo comumente utilizado para definir o medo, o desprezo, a desconfiança, o ódio, a hostilidade e a aversão à homossexualidade e às pessoas homossexuais ou identificada como tais. A homofobia não diz respeito apenas a um universo variado de manifestações psicológicas negativas em relação à homossexualidade. Ela está na base de preconceitos, discriminações e violências contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e todas as pessoas cujas sexualidades ou expressões de gênero não se dão em conformidade com a heteronormatividade e as normas de gênero... (ANDRADE; CARVALHO; JUNQUEIRA, 2009, p. 24)

Portanto, a reprodução da violência ocorre em todas relações sociais, em vista das condições culturais estabelecidas historicamente, através da igreja, da família e principalmente o Estado moderno que institucionaliza o seu pensamento moralista, na ideia de bons costumes, banalizando os princípios pessoais dos sujeitos. Loiola (2009, p.46) afirma que, “A ideologia do Estado burguês toma os princípios moralistas defendidos pela igreja e imprime o suporte da família e da escola o machismo, a binaridade dos sexos, o puritanismo, ‘a moral e os bons costumes’.”

Deste modo, baseado nos princípios moralistas é possível compreender o porquê da presença machista, e talvez esta seja a justificativa do crescimento de violência contra as mulheres e homossexuais. No Brasil o campo religioso é amplo, porém sua maioria é católica. Historicamente, o Catolicismo é a religião oficial e mais aceita, seu início se deu a partir de 1500 com a chegada dos portugueses e passou a fazer parte da Constituição. A estratégia fundamental imposta pelo catolicismo se propõe na identidade familiar (pai, mãe e filho), caracteriza a religiosidade como feminina, onde na verdade essa religiosidade envolve apenas práticas religiosas, porque os responsáveis pela mediação das doutrinas, normas e regras são exclusivamente de homens. A Igreja Católica é sobretudo patriarcal, se baseando na ideia de um Deus Pai Poderoso que envia o filho ao mundo para salvar a humanidade do pecado, sendo este pecado cometido pelo ato de desobediência da mulheres, esses conceitos são colocados claramente nos discursos religiosos e mais precisamente estar nas sagradas escrituras, a Bíblia. Em Gênesis, um dos livros da sagrada escritura, se explica a criação da humanidade, o Mar, a Terra, os Animais, o Sol e dentre outros, e em última criação estava

Adão e Eva, ou seja, o homem e a mulher, Adão criado a imagem e semelhança de Deus e Eva a partir da costela de Adão, ambos criados para viver juntos no paraíso, mas por tentação uma serpente convence Eva a comer do fruto da árvore proibida, desobedecendo a Deus e induzindo Adão a comer do fruto, a mulher é culpada por todo o mal que irá surgir na eternidade.

Nesse contexto, observa-se claramente que desde a criação do mundo não há equidade de gêneros, e posto a mulher a submissão de culpa, onde o homem só reage de tal maneira porque é provocado. É apresentado também a mulher, o modelo de Virgem Maria, aquela que vive para a servir, frágil, submissa, mãe e sem sexualidade. A distinção de Maria e Eva registra os estereótipos que vivenciamos, uma vez que, Maria é aquela que vive a castidade, a pureza, enquanto Eva é aquela que se entrega ao desejo, ao prazer da carne, ao pecado, por vivenciar sua sexualidade.

A sexualidade é um grande problema para o catolicismo e em grande parte das religiões, uma vez que ao “define-se como expressão de desejos e prazeres”. (ANDRADE; CARVALHO; JUNQUEIRA, 2009, p.41), caminha na contramão do dogma cristão que entende que esta não ser praticada por desejos, mas para a reprodução. Assim, a homossexualidade é designada como desviante, por não haver a reprodução em ambos os sexos. De acordo com o Catecismo da Igreja Católica (p. 21 - 22),

2357. A homossexualidade designa as relações entre homens ou mulheres, que experimentam uma atracção sexual exclusiva ou predominante para pessoas do mesmo sexo. Tem-se revestido de formas muito variadas, através dos séculos e das culturas. A sua génese psíquica continua em grande parte por explicar. Apoiando-se na Sagrada Escritura, que os apresenta como depravações graves (103) a Tradição sempre declarou que «os actos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados» (104). São contrários à lei natural, fecham o acto sexual ao dom da vida, não procedem duma verdadeira complementaridade afectiva sexual, não podem, em caso algum, ser aprovados.

2358. Um número considerável de homens e de mulheres apresenta tendências homossexuais profundamente radicadas. Esta propensão, objectivamente desordenada, constitui, para a maior parte deles, uma provação. Devem ser acolhidos com respeito, compaixão e delicadeza. Evitar-se-á, em relação a eles, qualquer sinal de discriminação injusta. Estas pessoas são chamadas a realizar na sua vida a vontade de Deus e, se forem cristãs, a unir ao sacrifício da cruz do Senhor as dificuldades que podem encontrar devido à sua condição.

2359. As pessoas homossexuais são chamadas à castidade. Pelas virtudes do autodomínio, educadoras da liberdade interior, e, às vezes, pelo apoio duma

amizade desinteressada, pela oração e pela graça sacramental, podem e devem aproximar-se, gradual e resolutamente, da perfeição cristã.

É importante assinalar que no texto, apesar das sagradas escrituras definir como grave a homossexualidade, não é permitido qualquer sinal de discriminação, e se forem cristãos que vivenciem suas castidades.

Com base nas observações acima, compreendemos o porquê que ainda predomina a cultura hierarquizada, sob uma perspectiva de submissão da mulher perante o homem, e a negação da homossexualidade. No entanto, o século XX surge como um momento de revolução e luta pela igualdade de direitos. Um divisor de águas. No campo das questões de gênero, esse momento foi liderado por dois grandes movimentos sociais: o movimento de mulheres e o movimento LGBT. Veremos, no tópico seguinte, uma breve historicidade desses movimentos no Brasil.

3.2 O Movimento de Mulheres e a luta contra o machismo e o sexismo

Voltando para o século XX e vivenciando o século XXI, podemos perceber que a sociedade brasileira ainda é (re)produtora de desigualdades, e continuamos a presenciar atitudes simbolicamente negativas com vista na divisão binária do sexo, que tenta inferiorizar a mulher. Mas a luta das mulheres, representada por um movimento feminista, reafirma diariamente uma política democratizada válida de direitos.

Joca (2008, p.47) destaca: “Foram as mulheres organizadas que abraçaram o desafio de mobilizar-se, social e politicamente, para o enfrentamento à opressão ocasionada pelo sistema sexual binário, produtor de tais desigualdades e para a reivindicação dos direitos até então negados às mulheres. [...]”, compreende-se então, que as mulheres são as responsáveis por todo esse movimento de luta pela igualdade, pela liberdade de direitos em todos os espaços, seja político ou social, pela eliminação de conflitos e/ou desigualdades marcada por uma cultura patriarcal e determinista, que ao homem é dado o poder de supremacia sobre as mulheres.

O movimento feminista foi determinante no processo de transformações das mulheres, isto é, a garantia de direitos como, o direito ao voto, ao trabalho remunerado, a atuação na política, na vida pública, pois por muito tempo esses direitos foi negado, e ainda hoje se prevalece uma luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. As mulheres foram as protagonistas de muitas conquistas, principalmente a partir dos avanços tecnológicos,

a difusão do uso do anticoncepcional, o aumento da participação do nível de instrução feminina, o crescimento em todos os países da participação das mulheres no mercado de trabalho e uma facilidade maior em obter divórcios, ampliam consideravelmente autonomia material e pessoal em relação aos homens (BOZON, 2004, p.81 apud JOCA, 2008, p.47)

Essas conquistas foram consideradas relevantes para as mulheres, porém, apesar dessas conquistas em relação aos avanços tecnológicos, ainda prevalece a (re) produção de desigualdades entre homens e mulheres, quando é expresso pela sociedade padrões de comportamentos, práticas e identidades caracterizada a ambos os sexos, recaindo especialmente sobre as mulheres. Ou seja, quando se refere as mulheres, temos vidas vigiadas e manipuladas por uma sociedade patriarcal e/ou machista, afirma Camurça (2009, p.88) “refiro-me a uma vertente importante da nossa formação – feministas brasileiras – que está ancorada na prática da reflexão coletiva sobre a experiência de ser mulher sob o sistema patriarcal. [...]”. E esse ser mulher, envolve muitos conflitos, que quando não segue os padrões postos pela hegemonia heterogênea, vêm acompanhadas de violências, machismo e homofobias.

Com os conflitos recorrentes de violências às mulheres, mais uma luta foi conquistada aqui no Brasil, a Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340, 07 de agosto de 2006, lei criada para garantir proteção e impedir qualquer tipo violência, seja doméstica e familiar contra a mulher. Vejamos o que diz as disposições preliminares,

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8 do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 2º Toda mulher, independente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade, religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no *caput*.

Art. 4º Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (Lei Maria da Penha, 2010, p. 11-12)

Assim, pela lei, a vida das mulheres deve ser protegida, sem que aconteça nenhuma forma de discriminação e opressão, independentemente de sua classe, etnia e orientação sexual, deve gozar de seus direitos enquanto pessoa humana.

Conforme percebemos, o movimento feminista atua cotidianamente, sempre na perspectiva de garantir a igualdade de gênero, que a mulher tenha a liberdade de viver sem seguir os padrões ou rótulos imposta por um sociedade patriarcal.

3.3 O Movimento LGBT e a luta contra a lesbo/homo/transfobia no Brasil

O movimento LGBT enquanto movimento social caracteriza uma história de lutas onde as pessoas buscam ver suas identidades reconhecidas enquanto sujeitos. Esse movimento também reconhecido como comunidade permite entender que é um grupo de pessoas que se reúnem com o mesmo objetivo. Segundo Francisco Pedrosa (2009, p. 69),

As sexualidades das pessoas das “comunidades LGBTTT” suscitariam identidades compartilhadas, enquanto categorias políticas, com aspirações comuns, relativas à qualidade de vida, luta contra fobias e violências dirigidas a pessoas LGBTTT, e seus desdobramentos em áreas como saúde, educação, direitos humanos, justiça e cultura.

Assim, entende-se que esse movimento/comunidade LGBT originou-se a partir das similaridades de vida compartilhadas dos sujeitos, nas dimensões sociais em que lhe eram negados a existência, de tal modo que suas lutas se dirigiam ao reconhecimento de sua identidade em todas as áreas sociais, como a saúde, política, educação, cultura, direitos humanos e combate as violências, principalmente as fobias que é manifestada comumente.

As relações sociais com LGBT são marcadas por manifestações negativas e positivas. Na idade média, a homossexualidade era motivo de pena de morte e as pessoas LGBT chamadas de sodomitas. Conseqüentemente, qualquer homem que tivesse relação sexual anal

com outro era morto. No ano de 1969, aconteceu o Levante no Stonewall - New York, primeira reação as repressões, surgimento do Orgulho Gay, este evento foi o mais importante movimento gay motivando-os a lutar pelos direitos LGBT no país.

O movimento LGBT no Brasil ocorreu no final dos anos de 1970, pelos grupos universitários que passaram a realizar discussões sobre a homossexualidade. Foi uma época de afirmação homossexual, na qual os sujeitos foram reconhecidos como aqueles que tinham desejos e necessidades próprias. Em 1980 foi formado o Grupo Gay na Bahia, em Salvador, permanecendo até hoje em funcionamento.

O primeiro movimento aconteceu através Antônio Mascarenhas, quando convida Winston Leiland, de São Francisco, Estados Unidos, um editor do Gay Sunshine para participar de conferências no Brasil. Ainda neste período aconteceu o I Encontro Brasileiro de Homossexuais em São Paulo. Antes disso em 1978 teve a fundação do jornal Lampião da Esquina que abordava questões sobre a homossexualidade, essa época era de censura política no país em virtude da ditadura militar.

E em 1984, acontecia o II Encontro Brasileiro de Homossexuais em Salvador, Bahia. A luta era por legalização do casamento gay, a divulgação positiva da mídia sobre a homossexualidade e a inclusão das questões de sexualidades nos currículos escolares.

Datando de 1989, ocorreu o III Encontro de Homossexuais no Rio de Janeiro. A aids passou a ser destaque nos temas para debates e discussões do movimento aliada à luta pelo enfrentamento da violência e da discriminação. Assim, Salvador passou a ser a 1ª Cidade da América Latina a proibir a discriminação por Orientação Sexual – Lei Municipal.

Em 1995, pela primeira vez, o movimento LGBT foi financiado pelo Ministério da Saúde, tendo como parte das discussões, HIV/Aids. Nesse mesmo ano foi aprovado o uso do termo “travestis” e criado o projeto de lei para a União Civil de Pessoas de mesmo sexo. A fundação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travesti e Transexuais e Bissexuais - ABGLT, foi também o marco para o movimento LGBT, nesse mesmo ano.

Nesse período, realizou-se a 1ª Parada Gay pelo Grupo Arco-Íris. Em 1999, aprovação de resolução proibindo os Psicólogos de terapias que tenham a intenção de curar pessoas homossexuais, pois a homossexualidade é considerada uma doença. Posteriormente em 2001, veio a Fundação da Associação Nacional de Transgênero. Em 2006, sancionada A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), também atende vítimas de agressões homoafetivas e em 2011 foi realizado o primeiro casamento civil no Brasil. Até os dias atuais acontece um movimento de luta que visa reconhecer a identidades dos sujeitos LGBT.

Todo esse contexto histórico é relevante para entender como se processa, no campo das lutas sociais, as questões em torno do reconhecimento e valorização da diversidade sexual, como um movimento constante em busca de seus direitos e da sua cidadania. Esse movimento é vivido em todo o mundo e “começando a ocupar cada vez mais espaço na vida pública e social, fortalecendo e abrindo canais de comunicação e interlocução social e política, moldando diferenças e criando associações e grupos para defesa de seus direitos” (BRASIL, 2002, p. 93 apud JOCA, 2008, p.65).

Com isso, percebe-se ainda a carência em torno do enfrentamento da homofobia, apresentando desafios diversos, como a cultura cristã e as atitudes machistas que concebem a heterossexualidade como a única possibilidade de orientação sexual. Para o enfrentamento dessa cultura se faz necessário uma formação política em volta do campo educacional, no intuito de educar para o respeito e valorização das diferenças humanas, de modo que as tantas outras Dandaras, as Marielles e as Erykas tenham o direito à vida e à presença na escola e fora dela.

4. EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Historicamente, no Brasil, a educação escolar esteve centrada no ensino propedêutico, ou seja, no repasse dos saberes disciplinares - ler, escrever, contar, conhecer a história oficial etc. -, considerados importante e necessários à formação intelectual e profissional de crianças e jovens. Assim, a instituição escolar foi, durante muito tempo, pensada como espaço restrito ao processo de ensino-aprendizagem dos saberes histórico e culturalmente hegemônicos. Nesse sentido, as questões sobre cultura, identidade, diferenças foram negadas, invisibilizadas e/ou excluídas dos debates sobre a educação escolar.

Neste contexto, as questões de gênero, etnia, sexualidade, entre outras temáticas não estiveram contempladas nas discussões sobre o currículo, na formação docente, na produção de materiais didáticos, nos planejamentos escolares e na produção de conhecimento. No entanto, isso não quer dizer que a escola empreendia uma educação neutra, imparcial. Pelo contrário! O que perdurou, durante décadas, foi a reprodução de valores, crenças e culturas hegemônicas, ou seja, a reprodução de preconceitos e discriminações diversas que tinham, entre outras, as questões de gênero e de orientação sexual como determinantes para a afirmação do certo e do errado, do permitido e do proibido.

Neste capítulo, abordo os desafios empreendidos nas últimas décadas, no Brasil, em torno da construção de uma perspectiva para uma possível educação sexual.

4.1. Educação Escolar Brasileira: da pedagogia tradicional à progressista

Durante muito tempo a educação viveu sob um regime de autoritarismo, onde o aluno era receptor de informações, suas atividades eram conduzidas pelos professores, negando-lhe o direito de expressar ao aprender, com o surgimento da educação nova ou progressista as atividades passaram a ser conduzidas de forma livre, o ensino passou a se basear em experiências de vida de cada indivíduo, permitindo aos alunos e também aos professores a liberdade de pensar e agir dentro e fora do campo educacional de modo que o pensamento individual busca solucionar algum problema no intuito de mudar o mundo. A essa questão já firmaria John Dewey (1952, p.6-7) que,

Se buscarmos formular a filosofia de educação implícita nas práticas da educação mais nova, podemos, creio, descobrir certos princípios comuns por entre a variedade de escolas progressistas ora existentes. À imposição de

cima para baixo, opõe-se a expressão e cultivo da individualidade; à disciplina externa, opõe-se a atividade livre; a aprender por livros e professores, aprender por experiências; à aquisição por exercício e treino de habilidades e técnicas isoladas, a sua aquisição como meios para atingir fins que respondem a apelos diretos e vitais do aluno; à preparação para um futuro mais ou menos remoto opõe-se aproveitar-se ao máximo das oportunidades do presente; a fins e conhecimentos estáticos opõe-se a tomada de contacto com um mundo em mudança.

A educação progressista permite uma participação ativa dos alunos e professores, compreendendo o campo real destes a partir de experiências e posteriormente a defesa de interesses, que devem ser manifestados dentro e fora das escolas. Segundo Paulo Freire (2011, p.97) “Do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática *imobilizadora e ocultadora* de verdades”, isto é, a educação dominante é progressista quando atende à sua forma de pensar e seus interesses será beneficiado.

Em vista disso, a escola aos poucos vem ganhando espaço, um movimento de luta ocorre simultaneamente e conquistas vem se efetivando, uma vez que estamos vivendo um novo momento, o discurso da vida social. Embasados nas palavras de Freire podemos compreender que “É importante salientar que o novo momento na compreensão da vida social não é exclusivo de uma pessoa. A experiência que possibilita o discurso novo é social” (2011, p.80), ou seja, todas as formas de vida apresentada independente de ser individual é compreendida como vida social, daí a importância de destacar a sociedade democrática, que vai definir as ações e discursos sociais.

Para desenvolvimento de uma sociedade democrática, é preciso que tenhamos nossos direitos instituídos, como garantia o art. 5º da Constituição Federal (1988) estabelece que todos somos iguais, sem distinção de qualquer natureza, com direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, e à propriedade. Portanto, todos os sujeitos sem nenhuma diferença de classe tem seus direitos garantidos e de forma alguma deve ser negada. Mais adiante, aparece a educação, como destaque para o desenvolvimento pleno de cada pessoa. De acordo com a Constituição Federal (1988), Art. 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2016, p.123). Neste sentido, a educação assume o papel de desenvolvimento de cada pessoa, incentivando e colaborando com sua atuação de cidadão, permitindo uma formação que possa atuar com êxito.

A educação é o processo de conhecimento dos homens, pois é a partir deste que se formula ou adquire desenvolvimento voltado para construção do saber, é a educação que garante igualdade e liberdade para todos, e a escola vem nos mostrar efetivamente essas ações numa perspectiva democrática, à medida que valida os direitos garantidos pela constituição.

Assim sendo, para se compreender a perspectiva da sociedade democrática, é fundamental que se compreenda todo o trajeto de prática social dos sujeitos, seu papel diante das dimensões ao qual atua, caracterizado muitas vezes por vivências e/ou experiências de práticas culturais. Considerando o discurso de Dewey (1952, p.25),

Seria possível achar-se qualquer razão que não fosse, em última análise, reduzir-se à crença de que arranjo social democrático promove melhor qualidade de experiência humana, - experiências mais largamente acessíveis e mais capazes de satisfazer amplos anseios humanos do que as formas não democráticas e antidemocráticas de vida social? O princípio de respeito à liberdade individual e à decência e amabilidade das relações humanas não resulta afinal de convicção de que tais cousas decorrem de qualidade, mais alta de experiência por parte de número maior de pessoas, qualidade que falta aos métodos de repressão, coerção ou força? A razão de nossa preferência não é a de acreditamos que a consulta mútua e as convicções alcançadas pela persuasão tornam possível, em larga escala, melhor qualidade de experiência do que a de que se pode obter por qualquer outro método?

Diante do exposto, é notável uma visão social democrática, trazendo questionamentos sobre qualidade de vida a partir das relações humanas. E estas relações são apresentadas através das condições sociais, culturais e políticas presente, mas que se baseia no passado pensando no futuro.

Há uma ação tradicional que se realiza para classificar os comportamentos dos sujeitos, negando a entrada do novo que é o “normal” e permitindo ao velho como “anormal”, esse conceito implica diretamente na vida cotidiana dos sujeitos. Deste modo, “a tradição torna-se a ruína da democracia quando nega à geração mais nova a possibilidade de escolha; quando tenta ditar o que deve ser encarado como “bom” e como “mau” sob novas condições de vida”. (REICH,1995, p.22 apud LOIOLA, 2009, p.42).

Contudo, vale destacar a importância do ato democrático, possibilitando à geração mais nova saberes de escolha e que de modo algum privilegie condições de vida de uns e exclua de outros, mas considere todos como únicos em suas diferenças. Neste sentido, aparece

a inclusão social como uma perspectiva educacional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (2013, p.20),

Para que se conquiste a inclusão social, a educação escolar deve fundamentar-se na ética e nos valores da liberdade, na justiça social, na pluralidade, na solidariedade e na sustentabilidade, cuja finalidade é o pleno desenvolvimento de seus sujeitos, nas dimensões individual e social de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, compromissados com a transformação social. Diante dessa concepção de educação, a escola é uma organização temporal, que deve ser menos rígida, segmentada e uniforme, a fim de que os estudantes, indistintamente, possam adequar seus tempos de aprendizagens de modo menos homogêneo e idealizado.

Assim sendo, percebe-se a escola como aquela que promove a inclusão, de maneira que o trabalho seja voltado para a ética, para os valores e a justiça social, pensando no desenvolvimento dos sujeitos, diante de seus direitos e deveres, envolvidos com a mudança social, permitindo uma aprendizagem significativa e diversificada.

Considerando os conceitos abordados acima, compreendemos que a educação é o meio por qual adquirimos conhecimentos e a escola como instituição simbólica tem significativa representação social, através de uma política de universalização educacional. No Brasil as políticas de universalização, vem ganhando espaço ao longo do tempo, e se encontram em permanente processo de lutas e conquistas para se efetivarem dentro dos espaços sociais onde possam fazer valer os direitos de todos. E estes direitos vêm especificados em leis para assegurar a vida humana. Como denominação teórica para a prática temos expressas a Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), o PNE (Plano Nacional de Educação), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e a Educação em Direitos Humanos (EDH), todas envolvidas em um mesmo objetivo, proteger a humanidade, dando-lhe a formação para viver socialmente.

Com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948, p.14), no Artigo XXVI,

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a

compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos sociais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Isto é, como todo indivíduo tem direito a instrução, cabe a escola promover à instrução, como forma de proporcionar o crescimento humano permitindo uma boa relação entre sujeitos e possivelmente respeito entre todos os grupos sociais.

Atualmente nossa sociedade apresenta uma cultura diversificada, não é que nunca existiu ou que tenha surgido recentemente, mas é que o momento vivido necessita de maior atenção para a conscientização, valorização e tolerância com a pluralidade que nos cerca, pois a educação precisa trabalhar numa perspectiva multicultural, pensando no reconhecimento do outro, respeitando sua identidade, livre de possíveis preconceitos.

Desta forma, o multiculturalismo busca atuar no intuito de transformar a performance social, construir estratégias numa perspectiva democrática e não denominar homogênea todas as culturas existentes, mas considerar como heterogêneas e dar ênfase as diferenças. Como expõe Candau (2008, p.20) ao destacar que,

A perspectiva propositiva entende o multiculturalismo não simplesmente como um dado da realidade, mas como uma maneira de atuar, de intervir, de transformar, a dinâmica social. Trata-se de um projeto político-cultural, de um modo de se trabalhar as relações culturais numa determinada sociedade, de conceber políticas públicas na perspectiva da radicalização da democracia, assim como de construir estratégias pedagógicas nesta perspectiva.

Assim sendo, é relevante que o multiculturalismo esteja inserido no currículo escolar, como uma forma de compreender o processo de construção das diferenças culturais que se apresentam na sociedade, pensando na inclusão social e emancipação humana.

Segundo Moreira e Canen (2001, p.21 apud BEZERRA e RIBEIRO, p.5) “não pode haver, então, educação multicultural separada dos contextos de lutas de grupos culturalmente dominados, que buscam modificar, por meio de suas ações, a lógica pela qual a sociedade, os significados são atribuídos.” Nesse sentido, pode-se perceber que a educação multicultural é caracterizada por um movimento de lutas de grupos, que atuam com o objetivo de reconhecer qualquer sujeito como alguém com identidades, eliminando possíveis conflitos, como discriminação, violência, preconceito, racismo, ou seja, conflitos de exclusão ou negação. E estes conflitos devem ser abordados, principalmente na escola, na sala de aula, por docentes

que estimulem a discussão e a reflexão para o educando, e este venha compreender o papel dos movimentos sociais.

Gohn (2000, p.12-13) afirma que, “... movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de práticas sociais – e um pensar – por meio de um conjunto de idéias que motiva ou dá fundamento à ação. Trata-se de uma práxis, portanto”. Baseado nesta definição, os movimentos sociais são ações que busca transformar os conflitos gerado nas relações, a partir de uma dinâmica social, política e cultural. Ao observar as transformações sociais ao longo do tempo, pensemos no movimentos sociais feministas e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis), pois, segundo JOCA (2008, p.38) “Destarte, a dominação do homem branco, heterossexual e viril, dita, às mulheres e aos sujeitos homossexuais o estigma da inferioridade na vivência das relações sociais”. Fundamentado neste argumento, as transformações sociais, nesta esfera, têm permitido às mulheres o movimento feminista e aos gays, lésbicas, bissexuais e travestis o movimento homossexual, uma constante luta pela igualdade onde possam eliminar possíveis dominações que os torne inferior.

Este cenário de inferioridade estar presente em todos os lugares e a escola como instância política é o meio por qual deve haver a inclusão destes temas, através das relações de gêneros. Ainda nesse debate em relação as questões de gênero percebemos que ações como preconceito e discriminação nos espaços escolares são cada vez mais crescente e que afeta de forma negativa os sujeitos que decidem viver suas identidades. Para Loiola (2006, p.162),

No âmbito escolar podemos relacionar tal problema à execução de seu projeto político pedagógico, por não ser emancipatório não privilegia os sujeitos envolvidos em suas singularidades. Sendo emancipatório, não consegue desenvolver suas ações dentro de tal perspectiva. Dentre os vários fatores implicados nesse processo educativo, os que se encontram em maior evidência são os limites que o sistema educacional impõe para as ações pedagógicas...

Portanto, nessa lógica, o problema que impede a escola de ser emancipatória, é o fazer pedagógico, se não há uma organização que privilegie as particularidades dos sujeitos envolvidos, não há como a escola ter emancipação diante das ações. No Curso de Aperfeiçoamento em Gênero e Diversidade na Escola, módulo IV, aula 01, tópico 03 (2010, p.7), “O preconceito e a discriminação aparecem de forma bem explícita e se desenvolvem em grande parte como uma espécie de medo da “perda de gênero”, o medo de não ser mais considerado como um homem ou uma mulher de verdade”. Ou seja, o preconceito e a

discriminação é construída a partir do medo, a aceitação do outro pode afetar meu gênero, ser homem ou ser mulher.

Nesta óptica, é necessário que a escola favoreça um diálogo que promova conhecimento acerca da dimensão política, científica e técnica e possivelmente aconteça a mudança social em que sejam respeitados as diferenças individuais dos sujeitos.

4.2 Educação Escolarizada e os desafios de trabalhar a Educação Sexual

A discussão sobre uma educação sexual de enfrentamento do sexismo, do machismo e da homofobia tem como precursores os movimentos Feminista e LGBT. Esses movimentos estiveram, por décadas, empenhados em lutas por igualdade de direitos civis e sociais, no intuito de desconstruir as desigualdades de gênero e de orientações sexuais. No entanto, foi durante o período de redemocratização do país, em especial, após a Constituição de 1988 – a Constituição Cidadã - que estes movimentos se fortaleceram, estreitando e intensificando o diálogo com o Estado na elaboração de políticas públicas punitivas e afirmativas.

Trabalhar a Educação Sexual nas escolas têm sido um grande desafio para educadoras e educadores, professoras e professores. Apesar de muitas escolas, em todo o Brasil, nestes últimos anos, inserirem a temática sexualidade de forma programada ou não nas práticas educativas, ainda há uma lacuna significativa, tendo em vista os grandes desafios e obstáculos que ainda cercam essa temática.

Defendo que se torna cada vez mais necessário que as abordagens dos saberes sobre sexualidade e diversidade sexual seja discutida com mais intensidade, e o ensino sobre a educação sexual venha ser (re)conhecida como algo essencial a formação humana. No entanto, no âmbito da sociedade brasileira, essa é uma questão que tem gerado uma diversidade de conflitos e posicionamentos, que vão ao encontro e de encontro com meu posicionamento.

A perspectiva é a de em que os sujeitos possam viver suas experiências sem ter sua sexualidade negada, de modo a compreender a sexualidade como um campo diverso de singularidades. Diante do exposto,

É verdade que, apesar dos avanços obtidos no campo da sexualidade, precisamos reconhecer a permanência de tabus e preconceitos em torno da sexualidade humana, especialmente os relacionados à orientação sexual, alimentados pelos diversos espaços de produção e reprodução de valores sociais e sexuais. No âmbito social, a escola é apenas um desses espaços e,

como parte desse todo, funciona de acordo com seus valores e condutas hegemônicas. (JOCA, 2008, p.85)

Nessa seara, entende-se que a escola como um dos diversos espaços sociais responsáveis pela formação dos sujeitos. Assim, ela também contribui para a produção e reprodução de comportamentos e valores sociais que ocasionam tabus e preconceitos, e não reconhecem a sexualidade humana como cultural, especialmente no que se refere às questões de gênero e de orientação sexual.

Assim, a formação, os saberes e as práticas docentes, como também a política educacional são fundamentais para o debate no trato dessas questões, pois não se trata apenas de desenvolver técnicas e metodologias para o processo de ensino-aprendizagem, mas também educar para os valores morais e éticos que entrelaçam a escola aos demais espaços de socialização dos sujeitos, visto que a escola é um espaço de educação formal responsável pela formação humana.

Em se tratando dessa formação para uma educação escolarizada, encontram-se várias implicações. A princípio, podemos pensar: onde se encaixaria os saberes sobre gênero e orientação sexual no currículo escolar? Em uma disciplina específica para tais temáticas? Que professor teria competências e habilidades necessárias a esta abordagem? Quais conteúdos e a partir de que série e/ou idade, crianças e jovens discutiriam gênero e diversidade sexual na escola?

um dos aspectos desafiadores é a nossa falta de confiança numa educação sexual escolarizada, a partir da instituição de uma disciplina na escola, pois esta poderá reforçar a reprodução dos valores éticos morais preponderantes na atualidade e não contribuir efetivamente para a desmistificação de crenças, tabus e preconceitos que ainda se manifestam fortalecidos no espaço da escola... (LOIOLA, 2006, p. 164)

No que diz respeito à instituição de uma disciplina sobre educação sexual é manifesto comumente por estudiosos e pesquisadores a ineficácia dessa proposta, uma vez que a sexualidade, assim como as manifestações de preconceitos e discriminações, se fazem presentes nos mais diversos espaços e momentos do cotidiano escolar. Assim, não é viável que estas questões fiquem restritas a um espaço/tempo específico.

No que diz respeito ao profissional da educação responsável pela abordagem sobre gênero e diversidade sexual, é importante destacar que a confiança, autonomia e autocontrole da prática é essencial para o desenvolvimento de uma educação sexual escolarizada, e se

assim for trabalhada provavelmente não reproduzirá de forma negativa os valores morais e éticos, mas contribuirá positivamente para a inclusão da diversidade, desmistificando as crenças, tabus e preconceitos que ainda se encontram fortemente enraizados nos espaços das escolas.

Aqui, o desafio está na formação de educadore(a)s e de professore(a)s. Isso porque, os saberes sobre gênero e sexualidades estiveram – e em muitas Instituições de Ensino Superior ainda estão – ausentes da formação inicial de professoras e professores, de modo que a justificativa de “não está preparado/a” surge como uma constante em diversas pesquisas que abordam essa temática. Em se tratando de formação continuada, o cenário não é diferente.

As práticas desenvolvidas nas escolas são advindas do contexto histórico e social em que está inserida, talvez seja esta a justificativa que tanto fragilizam os profissionais de educação a discutirem sobre a educação sexual, pois esse contexto representado pela Família, Religião, Estado e Escola, como espaços de vivências que reproduzem cotidianamente saberes hegemônicos da heterossexualidade necessitam de maior atenção, uma vez que discutir esses saberes sobre sexualidade e diversidade sexual trazidos pelos sujeitos requer coragem e ousadia para as ações educativas. É difícil romper com padrões instituídos, mesmo que estes gerem desigualdades de gênero. Mesmo que sejam causadores de violências diversas. Nesse processo educativo que há uma grande resistência, por parte de educadoras e educadores, preferindo o silêncio em vez de promover uma intervenção reflexiva e crítica.

Os discursos em torno da sexualidade na escola, como espaço de produção de saberes para a convivência coletiva tem ocasionado profundos questionamentos e inquietações aos docentes no trato dessas questões, pois estes se sentem “despreparados” para fazer a abordagem na escola. No entanto, para os educandos (as) as inquietações e questionamentos são uma maneira de encontrar respostas para suas curiosidades e descobertas. Mesmo com essas peculiaridades, a escola parece vir integrando essas abordagens nas ações educativas, trabalhando com temáticas do cotidiano que estão além dos muros da escola,

como: a violência, a prostituição infantil, o uso de drogas, a gravidez não programada, a pobreza, o desemprego, a banalização da vida, oriundas das desigualdades sociais e/ou da dinâmica da modernidade, têm estado na pauta do cotidiano escolar com maior intensidade nas últimas décadas... (JOCA, 2008, p.93)

Essa discussão é fundamental para (in)formar os sujeitos à agir diante das relações sociais. Porém, com relação à discussão sobre os sujeitos como seres sexuados, que estão em

processo de descoberta dos prazeres pelo sexo oposto, mesmo sexo ou por ambos os sexos, a abordagem torna-se problemática, ou, “um problema” (JOCA, 2008), de maneira que a sexualidade é evitada pelos/as profissionais de educação.

Ao evitar um posicionamento explícito, ao silenciar, a escola nega aos sujeitos em formação – crianças e jovens - o atendimento de suas necessidades em torno da compreensão sobre a sexualidade humana. Nega a construção de saberes sobre si e sobre o outro. Nega a possibilidade de elaborar reflexões possíveis de evitar violências, preconceitos e discriminações diversas. Nega aos sujeitos, a possibilidade de construir os saberes baseados nas suas experiências, saberes esses relevantes para a formação humana. JOCA (2009, p. 102-103) também nos lembra que

a escola apresenta grandes dificuldades em estabelecer relações sociais positivas com os sujeitos LGBTT's, uma vez que tem se configurado como um espaço de produção e reprodução das diferenças hierarquizadas e desiguais, tendo como base a binaridade do gênero, reafirmando, assim, as relações sociais e sexuais hegemônicas, especialmente, no âmbito das questões de gênero e da orientação sexual.

Desse modo, se a escola apresenta não se faz como um espaço neutro, pois ao apresentar dificuldades de conviver positivamente com os sujeitos LGBT, está determinando um modo de ser e de estar no mundo, sob a perspectiva da heteronormatividade, ou seja, está se apresentando como um espaço que exclui os sujeitos LGBT por terem orientação sexual não heteronormativa, reforçando os padrões hegemônicos instituídos por questões de gêneros.

4.3 Políticas para a Educação Sexual na Escola

Frente aos desafios demonstrados na escola pelos sujeitos que conduzem as ações educativas, no processo de discussão sobre as questões da sexualidade humana na escola, surgem os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN¹. “Os Parâmetros Curriculares Nacionais é um conjunto de documentos elaborado pelo Ministério da Educação e do Desporto, na segunda metade da década de 1990, e tem por objetivo contribuir, no caráter de sugestão, na atualização do currículo das escolas de ensino fundamental e médio de todo o Brasil.” (JOCA, 2009, p.103) como forma de responder a estas questões que tanto expressam resistências e fragilidades.

No Brasil, somente na segunda metade da década de 1990, a discussão acerca do ensino da sexualidade nos espaços escolares foi inserida

oficialmente no sistema educacional, através da elaboração dos PCN, no capítulo intitulado Orientação Sexual, inserida numa perspectiva de transversalidade, ou seja, como “tema transversal”, “o que significa que tanto a concepção quanto os objetivos e conteúdos propostos por Orientação Sexual encontram-se contemplados pelas diversas áreas do conhecimento. (BRASIL, 1998, p.87 apud JOCA, 2009, p. 103-104)

Foi de grande relevância a inclusão do ensino da sexualidade na escola, porém vale observar dois aspectos importantes para a intervenção pedagógica, o primeiro aspecto seria a intitulação de “Orientação Sexual” para “Educação Sexual”, uma vez que o primeiro expressa o sentimento ou desejo de cada indivíduo por outro, do mesmo sexo ou sexo oposto, enquanto que a Educação Sexual está associada ao processo de formação dos sujeitos sobre a sexualidade humana.

O segundo aspecto diz respeito à abordagem da sexualidade nas diversas áreas do conhecimento. Cabe ressaltar o preparo para a prática pedagógica, demandando de educadoras e educadores, o estudo e conhecimento da realidade, uma vez que os/as docentes são responsáveis pela mediação no desenvolvimento dos saberes críticos no ambiente escolar.

Podemos observar que as discussões dos PCN tratam prioritariamente de ações preventivas como as doenças sexualmente transmitidas DST, aids e gravidez indesejada na adolescência, isto é, restringindo-se apenas ao campo biológico, e apresentando a vivência da sexualidade como negativa, já que suas discussões em torno desta era exclusivamente a contração e prevenção das DST. Porém,

Se a escola que se deseja deve ter uma visão integrada das experiências vividas pelos alunos, buscando desenvolver o prazer pelo conhecimento, é necessário que ela reconheça que desempenha um papel importante na educação para uma sexualidade ligada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar, que integra as diversas dimensões do ser humano envolvidas nesse aspecto. (Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual, 2001, p. 114).

Para tanto, o trabalho ligado à sexualidade na escola, deverá contemplar as questões trazidas pelos educandos, de maneira a refletir e educar para a cidadania, e principalmente promover o respeito a diversidade sexual. Visto que os saberes sobre a sexualidade não se restringem apenas no espaço escolar, mas também a outros espaços sociais e culturais, oriundos de suas experiências de vida, e que, a partir destas experiências, a escola deve promover as intervenções.

Compreendendo que, “A sexualidade é primeiramente abordada no espaço privado, pelas relações familiares. Assim, de forma explícita ou implícita, são transmitidos os valores que cada família adota como seus e espera que as crianças assumam” (Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual, 2001, p. 121), os PCN sugerem que a escola mantenha a família dos sujeitos envolvida no processo de formação e sistematização dos conteúdos, ou seja, informar a proposta curricular sobre a Orientação Sexual, lembrando ainda que a escola “deve se manter neutra quanto aos valores e condutas que cada família oferece”. Contudo, manter a neutralidade não é simples, de maneira que é permitido “julgar o que é certo e errado”. JOCA (2009, p.108-109) entende

esta perspectiva da “neutralidade” no espaço escolar, no tocante aos saberes sobre a diversidade sexual, como elemento crucial para a produção e reprodução de valores que têm ratificado a homofobia. Evidencia-se, portanto, a necessidade de uma educação sexual escolarizada intencional, conforme propõe Werebe (1998) na qual os saberes a respeito da sexualidade e da diversidade sexual desconstruam preconceitos e incorporem práticas educativas contemplando a sexualidade como um pressuposto fundamental para a vida dos sujeitos.

Desse modo, considerando a necessidade de uma educação sexual, a escola não deve posicionar-se como neutra, mas posicionar-se intencionalmente, desmistificando tabus e desconstruindo preconceitos e discriminações de gênero e de orientação sexual, inserindo às práticas educativas abordagens acerca da sexualidade como elemento essencial na vida dos sujeitos em formação.

Após os PCN nós vamos ter propostas elaboradas nos Planos de Educação em Direitos Humanos, criado em 2007, pela Secretaria de Educação em Direitos Humanos - SEDH, do Ministério da Educação, Ministério da Justiça e UNESCO, sendo o plano orientado a partir do Plano Mundial em Direitos Humanos - PNDH, pois, neste estabelece os princípios norteadores para o desenvolvimento de uma educação básica, dentre as contribuições temos que,

a educação em direitos humanos deve estruturar-se na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão, a equidade (étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras) e a qualidade da educação. (BRASIL, 2007, p.32) (grifos meus)

Assim, compreende-se que as ações educativas deve estar voltadas para a diversidade, garantindo a cidadania um ensino de igualdade, portanto de gênero e orientação sexual. Com isso, não há porque a escola se negar a discutir ou trabalhar essas temáticas. No entanto, apesar dessas afirmações nas diretrizes, foi necessário promover Conferências de Educação, no intuito de abordar a temática de gênero e orientação sexual, já que estas são vistas como um desafio, e entre tantos, estar a inclusão de políticas que

Compreendam que o direito à diversidade e o respeito às diferenças devem ser eixos norteadores da ação e das práticas pedagógicas da educação pública; [...] Estejam abertas ao diálogo com os movimentos sociais e a comunidade, reconhecendo a sua trajetória de luta pelo respeito à diferença, como atores políticos centrais na delimitação das ações; politizem as diferenças e as coloquem no cerne das lutas pela afirmação de direitos. (MEC, 2008, p.15 apud JOCA, 2008, p. 118)

Quanto ao papel das políticas, no discurso acima, suas abordagens demonstram que à diversidade e o respeito às diferenças devem estar incluídos nas ações pedagógicas, e que os sujeitos devem ser reconhecidos em sua trajetória de luta pela afirmação de direitos.

4.4 Relatos de uma experiência de formação docente em Educação Sexual

Neste tópico apresento questões pertinente à formação docente para a educação sexual a partir de minhas observações no curso de Educação Sexual e Cidadania: formação continuada para professore(a)s e graduando(a)s, realizado no ano de 2017. Nesta perspectiva, trago um discurso que visa entender o processo de formação docente, mais especificamente a Educação Sexual, já que esta temática tem sido colocada com muita resistência nos espaços escolares.

Considerando que os relatos apresentados pelos sujeitos durante o curso, se voltava principalmente as experiências de vida nos variados espaços sociais, estes destacavam a necessidade de uma formação, onde pudessem tratar dos conhecimentos sem fazer nenhuma resistência, como ocorreu no decorrer da educação básica.

4.4.1 A formação em educação sexual na formação docente

Para exercer qualquer atividade de profissionalização é fundamental que se tenha uma formação, pois este é o processo para atuar na prática. Em se tratando da educação sexual escolarizada, com relação a formação docente no tocante à sexualidade, têm fragilizado

bastante os profissionais do ensino, uma vez que estes demonstram-se despreparados para abordar essas questões, justificando não terem os saberes necessários para promover a intervenção.

Desse modo, os “saberes” colocados pelos docentes não é responsabilidade sua, mas este discurso de “não terem os saberes necessários” representa a natureza social em que atua, ou seja, os espaços de atuação e formação caracterizam essa produção e reprodução desse pensamento. Assim, conclui Joca (2008, p.87)

a realidade social vivenciada, as organizações educacionais e as instituições formadoras de professores são alguns dos elementos a serem considerados importantes à formação profissional de educadores e para a constituição dos seus saberes e práticas, portanto, merecedores de nossa atenção.

Nessa seara, os docentes sugerem a necessidade de ter uma formação, nas quais possam adquirir saberes especializados e formalizados, preferencialmente na formação acadêmica, como também esta formação caracteriza-se como contínua, além do espaço acadêmico, pautado nas experiências sociais vividas ou não pelos sujeitos nos espaços escolares.

Importante destacarmos que a formação para a prática docente não se resume apenas ao saber, mas como utilizar esse saber na prática educativa, tendo em vista que o ensino objetiva estudar as ações humanas, como o mundo social, histórico e cultural dos educandos, ainda é considerado um processo desafiante para os docentes lidar com as experiências reais dos sujeitos, como exemplo podemos citar os valores morais oriundos da formação familiar, que para evitar os conflitos muitas vezes gerados negativamente, prefere-se o silêncio, em vez de possibilitar um confronto de ideias positivas .

Percebe-se, portanto, que a formação docente é definida a partir da teoria e prática, e que em meios aos possíveis conflitos que venham surgir nos espaços escolares será abordado positivamente, não havendo nenhum juízo de valor, mas agir para a reflexão. Segundo Paulo Freire (2011, p. 24) “A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blá-blá-blá e a prática ativismo.”, ou seja, é preciso discutir alguns saberes fundamentais à prática, de modo que os conteúdos sejam compreensíveis e indispensável a formação, destacando então, a educação sexual.

Uma questão relevante é que a formação docente não deve envolver apenas os discursos empreendidos da ação política pedagógica, mas discutir em torno da formação dos próprios sujeitos, os educandos, refletir sobre suas experiências cotidianas e os conhecimentos

em torno dos saberes sobre sexualidade e as relações sociais e sexuais. Dessa maneira, a formação profissional caracteriza-se também como formação humana, que promove a intervenção para além dos conteúdos programáticos, comprometido com a vida do outro e com as transformações sociais.

Pensando no processo educacional da escola, com vista nas experiências baseadas a partir de discursos que negam a existência da diversidade sexual é importante destacar que o docente, em seu desempenho profissional, necessita de competências para lidar com o processo de ensino-aprendizagem das crianças e jovens em formação. Portanto quando se discute o porquê da abordagem educativa sobre Educação Sexual, é fundamental que os docentes primeiramente, coloquem-se como aqueles comprometidos com a sociedade, com mudança social, sejam docentes capazes de agir e refletir de maneira politizada, que tenham comprometimento político. Vejamos algumas questões destacadas por Joca (2008, p. 166-167)

A concepção de educação como um ato político[...]; À escola, para além da formação intelectual [...]; A escola como um espaço da “educação formal” [...]; O compromisso do profissional com a sociedade [...]; A proposta de “autêntica educação sexual [...]”; A “autêntica educação sexual” deve olhar os sujeitos enquanto “sujeitos sexuados.” [...] A escola deve atender as necessidades do educando [...]; A educação sexual deve ser intencional [...]; O/A educador/a comprometido/a com uma “autêntica educação sexual” [...]

Em se tratando das competências científicas, os docentes precisam ter conhecimentos específicos para com o qual for trabalhar, levando em consideração o contexto atual marcado por discriminações homofóbica, os docentes precisam compreender

A sexualidade como uma construção histórica e cultural [...]; A distinção entre sexo e identidade de gênero [...]; O processo de produção reprodução da homofobia nos diversos espaços de socialização dos sujeitos [...]; A orientação sexual como uma descoberta [...]; A construção da concepção binária do gênero e da heterossexualidade [...] (JOCA, 2008, p. 140-141)

No entanto, para que os docentes possam atuar na escola, além de ter competência política e científica, precisa ter competência técnica, isto é, os métodos de abordagem para a ação pedagógica, pois ao tratar da educação sexual, o ensino deve acontecer de maneira intencional e planejada. Joca (2008, p.160-161) aponta que as metodologias a serem adotadas sobre sexualidade e diversidade sexual é sobre:

A definição dos sujeitos em formação [...]; O desenvolvimento de práticas educativas acerca da sexualidade a partir das necessidades, aspirações e desejos das crianças e jovens em formação; A defesa da abordagem da

sexualidade sob aspecto da transversalidade [...] Adoção de metodologias participativas, através de técnicas de discussão em grupo [...] Adoção de técnicas projetivas como vídeo-debate e teatro debate [...] O “questionamento reconstutivo” como a metodologia mais adequada para a intervenção nos momentos do acaso [...].

Desse modo, compreende-se que a prática docente deve ser política, científica e técnica, ou seja, o profissional deve sempre levar em mente três perguntas o que preciso fazer? O que preciso saber? Como devo saber fazer? As competências ela estão interligadas, a ausência de uma na prática pedagógica interfere no ensino-aprendizagem. No entanto, é importante entender que

...Diversidade sexual engloba distintas orientações sexuais (por ex.: homossexualidade, heterossexualidade, bissexualidade) e distintas identidades de gênero (por ex.:feminilidade travesti, feminilidade transexual, masculinidade transexual etc.). É uma noção importante na luta pela superação da homofobia, do heterossexismo e no questionamento permanente da heteronormatividade... (ANDRADE; CARVALHO; JUNQUEIRA, 2009, p. 11-12)

Ao tratar do tema Educação Sexual, percebe-se a necessidade de trabalhar a formação dos sujeitos para as práticas educativas, promover uma reflexão e discussão sobre o papel social do homem e da mulher, os conceitos e preconceitos, o respeito as diferenças, de modo que possibilite uma ação pedagógica que valorize as relações sociais e sexuais dos sujeitos, sem atribuir regras, mas pensar numa sociedade livre da hegemonia. Assim sendo, percebo a educação escolarizada, como um espaço que vivencia todos os movimentos e lutas sociais, desenvolva uma educação formal que priorize os Direitos Humanos das mulheres e principalmente de LGBT, que ainda enfrentam uma diversidade de discriminações e preconceitos. Nesta perspectiva, o curso de extensão contribui significativamente na formação dos sujeitos, não envolvendo apenas a sua formação intelectual, mas também a formação humana, o compromisso com o outro e as transformações sociais.

O curso de extensão sobre Educação Sexual e Cidadania: formação continuada para professore(a)s e graduando(a)s, proporcionou várias observações acerca do conhecimento sobre a educação sexual, como proposta metodológica, tinha a exposição livre do conhecimento prévio e posteriormente apresentava os conceitos, a troca de experiências eram marcadas nos discursos ou debates e até mesmo no silêncio. O preconceito e a negação presente nas atitudes, o sexo colocado como um problema e o ponto de partida para discutir sobre Educação Sexual. A curiosidade dos participantes surgiu como motivação para as aulas.

Primeira aula do curso parecia que os graduandos estavam com medo, se mostravam tensos, se recusavam expor sua fala mesmo que a dinâmica do estudo fosse desenvolvida de forma natural. Primeiramente foi feito um contrato de convivência, neste tinha as regras sobre o curso, como horários de entrada/saída, respeitar a diversidade das diferenças, descrição, participação, não fugir do assunto e expor opiniões e dúvidas e por fim todos registraram com suas assinaturas, garantindo a comprovação e validade do acordo feito, vale destacar que todo o exposto no contrato foi pensado coletivamente. Em seguida foi construído um painel com a seguinte frase, A Formação Educacional Pedagógica e suas Implicações com a Sexualidade, onde o professor interrogava sobre que saberes e/ou experiências tínhamos sobre sexualidade, e assim de modo livre cada participante relatava suas experiências e saberes sobre a sexualidade e a partir das falas expressas eram registradas as palavras chaves no painel, onde era questionado as maneiras como adquirimos conhecimentos sobre sexualidade humana. Assim, as questões tratavam de experiências pessoais como: quando e como estudamos a sexualidade na escola; as curiosidades da infância e adolescência; como a família concebe a sexualidade; a influência da igreja na formação intelectual, que coloca “Deus” como aquele que condena as práticas sexuais contrárias a “sagrada escritura”.

O que me chamou mais atenção nesse processo metodológico era que, os exemplos postos pelo(a)s participantes nunca eram sobre si. Sempre se reportavam a outros, como: aluno, pai, filho, irmão, sobrinho, entre outros. Aos poucos ia acontecendo a interação e espontaneidade de expressar seus sentimentos, muitas vezes marcados por risos. Falar sobre a sexualidade tinha dois lados, o conservadorismo e a banalização.

Na segunda aula do curso, a temática trabalhada foi “O caráter transversal dos saberes sobre a sexualidade: contexto escolar, formação profissional, material didático”, a discussão sobre a temática iniciou-se com uma dinâmica sobre as características de homens e de mulheres, na qual o(a)s participantes do curso receberam duas folhas em branco e em cada folha escreviam uma característica de homem e outra de mulher. Em seguida era colado em um cartaz e feita a socialização, justificando porque escreveu aquela característica.

Ao finalizarem a dinâmica, percebeu-se que não havia diferença entre homens e mulheres e que todos podiam agir igualmente, por exemplo, foi citado que “homem é forte”, “tem barba”, “pode tudo”, “tarado”, “poderoso”, “controlador”, “emotivo”, enquanto que a mulher é “sensível”, “frágil”, “determinada”, “forte”, “tem TPM”, “emotiva”, “guerreira” e muitas outras características foram citadas. Vale aqui destacar que todas essas características que diferenciam, são construídas culturalmente a partir do gênero. A diferença que conceitua

é apenas quatro funções biológicas. A discussão realizada foi significativa para refletir os papéis de gêneros na sociedade. Pensar o quanto está enraizado este conceito de que o homem é sempre a superioridade e a mulher colocada como inferior e como os conflitos de ideologia estão presentes diariamente na sociedade e a escola como instituição educacional estar sempre a reproduzir estes conflitos. A consequência dessas atitudes têm ocasionado o feminicídio.

Percebi que o momento proposto sobre essa temática, despertou nos sujeitos a atenção para a realidade quanto à reprodução do pensamento patriarcal que impõe o homem como supremo, e não considerar tudo como normal, mas que é preciso refletir constantemente os papéis de gêneros.

Durante a segunda semana do curso, os sujeitos continuavam participando ativamente das aulas, debatendo e discutindo sobre as temáticas. A primeira aula desta semana, estudamos sobre “As implicações das relações de gênero no cotidiano escolar e não escolar”. A discussão apresentada aqui teve relação com os saberes e práticas pedagógicas da escola, de maneira que deveriam pensar: o papel do professor; a sua formação na epistemologia da prática; o saber acadêmico e pessoal; a escola como lugar de Educação Sexual; a transversalidade no espaço escolar. A atividade consistiu em dividir a turma em dois grupos. Foi distribuído trechos de textos retirados dos PCN’s para cada grupo. Depois do debate nos grupos, cada grupo classificava seus textos, seguindo uma enumeração de um (01) a quatro (04), no intuito de responder aos seguintes questionamentos: A escola é o lugar da Educação Sexual ou Orientação Sexual? A escola pode ou não pode entrar em conflito com a família? A escola deverá ser transversal? A escola é para quê? Quando a escola estará preparada? Desse modo foi pensado como a escola deve atuar com relação à sexualidade.

Na segunda aula, a tema de estudo era “As relações sociais com a diversidade sexual nos espaços escolares: manifestações negativas e positivas dirigidas a LGBT”. Para compreender essas relações sociais com a diversidade sexual seria necessário fazer um resgate histórico. Desse modo, o professor sugeriu que fizéssemos uma linha do tempo, sendo entregue aleatoriamente para os participantes um papel que continha os respectivos anos - 1932, 1969, 1980, 1984, 1989, 1995, 1999, 2001, 2006 e 2011. Cada ano apresentado discutia quais os acontecimentos daquele período até chegar à historicidade dos movimentos e lutas sociais LGBT. Nesta linha de tempo havia os registros positivos e negativos. Esse resgate histórico foi muito importante, pois a maioria dos sujeitos não conhecia esse processo. Dialogar sobre este tema nos fez entender que os movimentos de lutas são contínuos e despertar para o conhecimento politizado, que somente pode promover transformação social.

A cada aula as discussões se intensificavam, despertando nos sujeitos interesse e motivação, ter o conhecimento sobre Educação Sexual não significava apenas ter uma formação acadêmica, mas também a formação humana.

Na terceira semana, o trabalho desenvolvido na primeira aula se tratava dos “Direitos Humanos e comunidade GLTB; Movimento LGBT e de Mulheres: conceitos, históricos e lutas”. Inicialmente fez-se uma dinâmica de recados na testa, o professor pediu que todos fechassem os olhos e colou na testa de cada participante um recado, depois pediu que todos abrissem os olhos e agissem conforme o recado que estava vendo. Os recados eram: “me beije”, “estou fedendo”, “me abrace”, “me ignore”, entre outros. Assim em movimento você ia reagindo conforme lia e sem entender a reação das pessoas consigo. O objetivo era entender as diferenças, os rótulos colocados que faz com que agimos de maneira negativa. A partir daí, abriu-se para o diálogo sobre os Direitos Humanos que é concedido à todos, e como o Movimento LGBT e as Mulheres vem enfrentado diariamente a luta por esses direitos, que aos poucos é efetivada no papel, na lei, mas na prática cotidiana ainda nega-se estes direitos.

O movimento de luta é um constante desafio, que tem a pretensão de garantir que todos indistintamente tenham igualdade, uma sociedade que elimine os tabus, preconceitos e discriminações homofóbicas, que respeite as vivências pessoais de cada sujeito.

A aula seguinte foi sobre a temática “Construções conceituais de gênero e diversidade sexual e Escola”, a atividade aconteceu da maneira seguinte: foram expostos quatro cartazes os nomes “Gays”, “Lésbicas”, “Bissexuais”, “Travestis/Transexuais” com as respectivas indagações “o que sei e o que quero saber”, desse modo cada pessoa colocava suas curiosidades, seus saberes e possíveis dúvidas acerca da orientação sexual.

Nessa atividade, foram apresentadas muitas dúvidas, como entender a diferença de travesti e transexuais, como também se fazia presente discursos preconceituosos que até então acreditava não ser ou ter, como por exemplo a lésbica, sempre há uma mulher que representa o homem da relação, me recordo que um dos sujeitos disse que, “a mulher que gostava de outra mulher era porque nunca tinha pegado um homem bom de cama”, acredito que a metodologia empregada foi significativa, uma vez que, os conhecimentos postos problematizou muitos de nossos questionamentos, fazendo com que pensemos nossa atuação na escola em um processo de formação que compreenda a identidade de todos os sujeitos envolvidos com sua sexualidade.

Dando prosseguimento ao curso, a quarta e última semana foi o momento de refletir e pensar as padronizações estabelecidas nas relações sociais e sexuais, a influência da Família,

Igreja, Escola e Estado que ocupam um papel de grande importância, atribuindo valores e regras aos sujeitos. Na primeira aula o tema discutido foi a “Educação Sexual: fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças”, a proposta desse tema era pensar as perspectivas e desafios que interferem e fortalecem na Educação Sexual. Para realizar a dinâmica da aula foi construído um cartaz da FOFA, sigla que de “Fortalezas”, “Oportunidades”, “Fraquezas” e “Ameaças”, e solicitado que todo(a)s o(a)s participantes anotassem em papéis separados os aspectos sugeridos, fazer leitura e compartilhar para os demais, abrindo-se para discussão. Assim sendo, a estratégia utilizada possibilitou uma análise reflexiva frente aos questionamentos sobre sexualidade no espaço escolar, de que maneira podemos utilizar as fortalezas e oportunidades para minimizar as fraquezas e ameaças existentes no âmbito educacional, dentre os relatos colocados percebia-se nos olhares uma vontade de transformar, assumindo um movimento de luta, pois o fato de estar falando sobre fatos reais, faz com que pensemos a prática pedagógica.

A aula seguinte, sendo a última, trabalhou a temática “Perspectivas e desafios da educação no enfrentamento da discriminação e do preconceito à diversidade sexual”, no desenvolvimento dessa aula foram apresentadas as dimensões política, científica e técnica para a Educação Sexual Escolar.

Na dimensão política a abordagem educativa sobre diversidade sexual na escola, deve ser um ato político, comprometido com as mudanças sociais, com as desigualdades sociais, com o enfrentamento a homofobia e o feminicídio. Implica, aqui, no compromisso profissional, de entender a escola como espaço de formação e diálogo, respeitando as particularidades dos gêneros na sua orientação sexual e sexo.

Na dimensão científica envolve questões e saberes fundamentais da sexualidade em sua construção histórica e cultural, não se restringindo apenas ao sexo biológico. Partindo da premissa de que é necessário compreender o sexual como um campo de múltiplas possibilidades, rompendo com a binaridade de macho/fêmea. A orientação sexual como uma descoberta e não opção com a qual cada sujeito deve viver sua experiência livremente. A concepção binária do gênero e da heterossexualidade, enquanto norma que produz desigualdades sociais, por não aceitar outras orientações sexuais.

Quanto a dimensão técnica, foram discutidos os métodos para a abordagem educativa na escola. A definição dos sujeitos em formação é fundamental nas práticas educativas sobre sexualidade e diversidade sexual. O desenvolvimento das práticas educativas sobre sexualidade a partir das necessidades que surgem na formação das crianças, adolescente e

jovens. Debateu-se, também, sobre como inserir a sexualidade como tema transversal e sobre a necessária intervenção cotidiana em sala de aula. As metodologias que envolvam a interação e participação de sujeitos surgiram como relevantes na construção e compartilhamento de saberes. Assim, a adoção de técnicas como vídeo-debate e teatro-debate facilitaria o processo dialógico do educando.

Antes de finalizar esta aula compartilhou-se na turma um planejamento de aula com temas que tivesse relacionado a educação sexual. Os planejamentos foram produzidos pelos sujeitos do curso. A socialização promoveu discussões e troca de experiências, enriquecendo a formação em seu valor acadêmico e humano.

Vídeos, filmes e materiais jornalísticos sobre gênero e diversidade sexual também foram discutidas nas aulas, o momento dos debates sempre era bem proveitoso, pois as abordagens feita envolvia a contexto que vivenciamos atualmente, como a diversidade sexual, o preconceito, discriminação, orientação sexual, conflitos sociais na família, escola, igreja e estado em não reconhecer LGBT, os desejos sexuais como produto no mercado, a violência, a homofobia, o feminicídio, a tolerância e respeito ao próximo independente de suas diferenças sexuais.

No decorrer dos dias as temáticas trabalhadas se fortaleciam, tornando-se relevante aprender cada conteúdo exposto, a participação bem ativa e muitas dúvidas eram posta no papel que ao colar nas paredes lhe traziam vida e entendimento. Pensar no papel da cidadania era algo bem simples, porém a prática se fazia o contrário. Atitudes negativas marcavam a vida dos sujeitos, porém as lutas contadas e narradas era um símbolo de resistência e de valor à vida, onde todos nós temos o direito de manifestar nossos desejos e os valores precisam ser respeitados independentes de nossas decisões.

Diante de todas as experiências colocadas nas falas dos graduandos ficava evidente a necessidade de trabalhar a educação sexual nas escolas. Nessas experiências estava a atuação da escola na educação sexual, uma atuação negativa manifestada através do silêncio ou omissão. Estas barreiras precisam ser rompidas. A escola é democrática, política e deve respeitar a diversidade. Com isso se colocava a importância da formação e como a experiência pode contribuir para a realização de uma inclusão educacional.

As experiências pessoais eram bem marcantes uma vez que trazia uma reflexão acerca das ações ali apresentadas, no sentido de compreender as relações sociais dos sujeitos considerando a identidade de gênero, orientação sexual e o sexo biológico. A luta pelo

respeito às diferenças e pela aceitação do outro. A desconstrução da divisão de gênero “coisa para menina/mulher ou menino/homem” foi bastante discutida.

Essas discussões foram muito produtivas. O envolvimento do grupo sempre trazia soluções para o “problema” que a escola e o(a)s profissionais de educação tanto temem. Discutir sobre os saberes, conceitos e preconceitos, nos traz o conhecimento que se coloca como peça fundamental neste processo de formação e aprendizagem.

Em meio às discussões postas, de acordo com as temáticas abordadas, sempre levavam para a sexualidade. No período do curso, criou-se um grupo no WhatsApp para discutir, compartilhar e interagir sobre os conteúdos que fossem propostos pelos membros. Nesse grupo, um desses momentos compartilhados iniciou a brincadeira de pergunta no privado e resposta no grupo, momento para os graduandos se conhecerem. As perguntas eram de curiosidades sobre a sexualidade individual. As pessoas que estavam envolvidas nas brincadeiras eram as mesmas que debatiam em sala, porém os que não participaram das brincadeiras estavam incomodados e considerando a atitude daqueles que participavam de infantis. Estas brincadeiras sempre ocorria a noite e iam até tarde da noite e às vezes, na madrugada. Na primeira aula após as brincadeiras, ouvi de umas das participantes que ali estava constrangedor, pois nem todo mundo interagia no grupo.

Entendo que os graduandos estavam socializando questões sobre sua sexualidade e apesar de ser um grupo que tinha o objetivo de ter uma formação para trabalhar a educação sexual, visando o respeito, nas ações sem que percebessem demonstravam preconceitos, ignorando algumas atitudes.

Vale destacar aqui, que a experiência é que define sua formação, pois a teoria só é válida na prática. O sujeito pode dizer que não é preconceituoso, mas só atuando ou vivenciando em cena que conhecerá seus preconceitos, suas limitações e suas possibilidades.

5 EXPERIÊNCIAS E FORMAÇÃO EM GÊNERO E SEXUALIDADE DE GRADUANDO(A)S DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFCG

Neste capítulo trago relatos de experiências e formação em gênero e sexualidade de graduando(a)s do curso de Pedagogia da UFCG. Está dividido em três eixos temáticos: Experiências educativas em gênero e sexualidade; Formação Docente em gênero e sexualidade na UFCG e Curso de extensão “Educação Sexual e Cidadania” sob o olhar do(a)s graduando(a)s em Pedagogia.

Entendo por experiência educativa todos os processos vividos no campo da formação dos sujeitos nos diversos espaços/tempos de apreensão de saberes e conhecimentos sobre gênero e sexualidade. Assim, as experiências nas instituições formadoras como a família, a igreja, a escola, assim como as relações entre pares, são pensadas.

Neste sentido, trarei o conceito de experiência e formação com base em Michel Foucault (1984, p.10-11, apud LÓPEZ, 2011, p.45) que

Tratava-se de ver de que maneira, nas sociedades ocidentais modernas, constitui-se uma ‘experiência’ tal, que os indivíduos são levados a reconhecer-se como sujeitos de uma ‘sexualidade’ que abre para campos de conhecimento bastante diversos, e que se articulada em um sistema de regras e coerções. O projeto era, portanto, o de uma história da sexualidade enquanto experiência, se entendemos por **experiência** a correlação, em uma cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade. [...] Falar da ‘sexualidade’ como uma experiência historicamente singular suporia, também, que pudesse dispor de instrumentos suscetíveis de analisar, em seu próprio caráter e em suas correlações, os três eixos que a constituem: **a formação dos saberes que a ela se referem, os sistemas de poder que regulam sua prática e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade.** (grifos meus)

Deste modo, o autor destaca a experiência como uma representação histórica e cultural, se formamos sujeitos através das experiências vividas nos diversos espaços, em cada lugar e em determinado momento, do contrário não há como ter uma experiência de maneira singular, particular, isto é, o conceito de experiência é construída a partir das relações, e em se tratando da sexualidade, os sujeitos se constituem a partir da formação do saber, do poder que determinam como devem agir e a forma como os sujeitos se reconhecem. Assim, entende-se que a experiência procede a formação. Vale lembrar, que neste estudo, quando falo em “formação”, trato especificamente do processo educativo que diz respeito aos processos

educativos da formação acadêmica, considerando a vida escolar e acadêmica dos sujeitos da pesquisa.

5.1 Experiências educativas em gênero e sexualidade

A discussão sobre as experiências educativas em gênero e sexualidade dizem respeito às experiências no campo das relações vividas pelos sujeitos nos espaços diversos, isto é, a formação pessoal na família, na igreja, na escola, assim como as relações entre pares. Portanto, nos interessa saber, a priori, sobre os espaços de aquisição de conhecimentos adquiridos sobre gênero e sexualidade. O/As graduando(a)s afirmam que as experiências mais significativas que lhes trouxeram saberes e conhecimentos são “aqueles que você adquire no meio social com os amigos, na família. É um conhecimento, geralmente, preconceituoso, pouco esclarecedor” (Maria, 23 anos).

Quando a gente fala nesse gênero, sexualidade e diversidade são termos utilizados na academia lá fora a gente não usa esses termos a gente fala sobre isso sem saber que está falando sobre... É algo muito natural então, aonde eu conversava sobre isso? Com meus amigos, isso acontecia em rodas de conversa. Isso acontecia em uma festa. Isso acontecia quando a gente se encontrava, a gente ia falar sobre a gente, sobre nossos corpos, sobre o que a gente gostava, por quem a gente se atraía, aqueles pré-julgamentos de dizer: “fulano é, tem um jeitinho assim, assim, assado” então essa formação de gênero, sexualidade e diversidade é algo muito natural e que acontecia dentro do meu ciclo de amizades, porque na igreja isso não acontecia, na escola isso não acontecia, na família isso não acontecia, isso veio acontecer aqui na universidade, aqui sim eu tive um conhecimento sistematizado sobre isso. (José, 23 anos) (grifos meus).

Conforme podemos perceber, o(a)s graduando(a)s reconhecem os espaços da família, da escola, da igreja e das relações entre amigos como relevantes na aquisição de conhecimentos sobre as questões de gênero e sexualidade. Para além deste reconhecimento é capaz de fazer críticas a esse processo formativo, caracterizando-o como “preconceituoso, pouco esclarecedor”. Isso indica que outros espaços de formação foram também significativos para a formação desse(a)s graduando(a)s. Nesta perspectiva, observamos que os conhecimentos sistematizados só foram adquiridos a partir das experiências na formação profissional, especialmente, no percurso da graduação em pedagogia na Universidade Federal de Campina Grande, pois

foi na faculdade que eu consegui entender várias coisas, realmente o que era gênero, o que é sexualidade, entre outras coisas e foi depois de um curso que eu fiz de extensão, um curso de extensão de gênero e sexualidade que esclarecia bastante coisa” (Maria, 23 anos).

Neste sentido, podemos ver como o espaço de formação acadêmica contribui para a formação profissional, rompendo com a (re)produção de conhecimentos baseados em crenças e valores advindos do meio em que estamos inseridos. No entanto, quando questionado(a)s acerca dos conhecimentos sobre gênero e diversidade sexual adquiridos antes de ingressar na faculdade, negam a sua existência.

Nenhum! O que eu conhecia sobre educação sexual ou diversidade sexual era o mínimo! Era o que às vezes o que alguém me falava que era feio[...] Eu sempre gostei muito de brincar com os meus primos e tal, e era sempre voltado a esses comportamentos, digamos: “meninas não podem brincar de bola” e tal, só isso. (Ana, 21 anos);

Mínimo, mínimo!!! [...] É um campo pouco explorado dentro da universidade. Fora, então!!! A gente já espera que de fato seja uma discussão inexistente, principalmente nas escolas, quando isso acontece é de modo muito superficial e censurado, sabe!?! (José, 23 anos);

Nenhum! [...] Quando fala em sexualidade é sempre visto na parte da prática “né?!” [...] E não uma temática que possa ser abordada num ambiente de educação para todos, porque muitos pensam que isso daí já é fora do normal e na verdade isso deveria ser trabalhado na sala de aula[...] (Diana, 25 anos)

Aqui, o(a)s graduando(a)s compreendem por “conhecimentos” apenas os saberes sistematizados, não reconhecendo as experiências como campos de apreensão de saberes, daí respondem que não adquiriram “nenhum” conhecimento. No entanto, em seguida, relatam experiências que os ensinam papéis sexuais, comportamentos, o que é (ina)adequado para meninos e meninas. Eles fazem uma demonstração evidente de como o processo de educação sexual, mesmo nas relações cotidianas, pode influenciar negativamente na vida, de maneira que estereotipam a sexualidade, citando-os como “feio, censurado, fora do normal”. Isto é, os comportamentos são padronizados na educação vivida nas experiências desde a infância.

Ainda na perspectiva de gênero, uma das graduandas ressalta os papéis designados para homens e mulheres, isso na concepção da sua mãe que diferencia o papel da mesma do irmão “[...] mulher ela tem que viver também pra sociedade, ela tem que pensar na sociedade, porque se ela sair falada o quê que vai ser dela? Homem pode fazer tudo nunca ninguém vai falar nada dele “né?!” [...] (Diana, 25 anos), então entende-se que existe padronizações na sociedade, enquanto que para a “mulher” há limites, para o “homem” tudo é permitido.

Recorremos aqui, aos embasamentos teóricos citados no decorrer desse trabalho, que a Família, o Estado, a Religião e a Escola, contribuem para a (re)produção binária de sexo e/ou desigualdades sociais, possibilitando sempre ao homem o poder de supremacia, que este pode manifestar sua sexualidade como quiser, no entanto à mulher sempre será inferior, e em hipótese alguma essa tem a liberdade para expressar sua sexualidade, pois como bem coloca Diana “mulher ela tem que viver também pra sociedade” porque “se ela sair falada o quê que vai ser dela?”, ou seja, essa manifestação é marcadamente histórica e cultural.

5.1.1 Gênero e sexualidade na experiência familiar

Apresentaremos aqui as discussões no contexto familiar do(a)s graduando(a)s, no intuito de compreender a partir das experiências de vida o processo de aquisição dos saberes sobre gênero e sexualidade na formação familiar. Isso porque o ambiente familiar foi o espaço mais citado pelos sujeitos desta pesquisa quando se referem às experiências em gênero e sexualidade. Assim sendo, buscaremos entender como os familiares (Pais, avós e tios) demonstram e repassam conceitos, valores e crenças na formação de seus respectivos filhos, sobrinhos ou netos.

As experiências e os saberes no contexto familiar são elementos necessários à construção da formação enquanto sujeitos. Nesse campo, Diana (25 anos) lembra que foi

[...] fui muito retraída [...] Aqui em casa, meu pai, como tem setenta e oito anos, minha mãe tem cinquenta... vai fazer cinquenta anos. Ela é mais jovem! Só que a mentalidade dela ainda é muito antiquada. Até mesmo quando eu fui moça... Na verdade foi um susto pra mim, porque até isso daí eu não tinha entendimento, não tenho conhecimento do que era. Pra mim foi um susto muito grande e ainda mais com os outros tipos de... [...] de eventos que ocorreram durante a minha... o meu trajeto como jovem, na questão de namorados, é... tudo. [...] quando eu quis saber de alguma coisa foi mãe de amiga minha que conversou comigo, meu próprio namorado[...]

Nesse discurso, Diana (25 anos) destaca a ausência dos pais para lhe orientar sobre sua sexualidade, dificultando o seu conhecimento acerca dessa temática, pois esta consegue identificar como isso contribuiu negativamente na sua vida, tornando-a “muito retraída”, ou seja, sentindo-se tímida ou com vergonha de se expressar. Com isso, percebemos a importância do diálogo dos pais para o trato da sexualidade, fazendo-a encarar com naturalidade, principalmente na formação biológica do corpo, quando a mesma cita “fui

moça”, se refere a primeira menstruação, o que poderia ter sido pra ela um evento natural que ocorre no corpo feminino, foi algo assustador, e quanto a “vida sexual”, essa então é que não foi abordada, permitindo buscar o conhecimento através de outros, como “mãe de amigas e o namorado”, como também observamos a presença do conservadorismo, quando afirma que a “mentalidade da mãe era antiquada”, essa afirmação justifica o porquê da mãe de Diana age assim. .

Desse modo, a compreensão da família para as abordagens de gênero e sexualidade e do seu papel no processo de desenvolvimento sexual dos sujeitos é crucial, informando-os sobre o que “precisa saber”, para que depois venha saber “o que fazer” e “como fazer”. O reconhecimento fragilizado dos pais, para dialogar com seus filhos é de extrema importância. Quando mais adiante Diana fala como a mãe deve agir com o irmão “[...]eu falei pra ela que ela não fizesse a mesma coisa que ela fez comigo, que ela sentasse com ele [...]”, significa dizer que esta já reconhece o diálogo como essencial, no processo formativo sobre a sexualidade.

Portanto, a família é o espaço que mais apareceu nos relatos dos sujeitos desta pesquisa como a instituição que muito contribui na produção e reprodução dos saberes hierárquicos, ideológicos, hegemônicos ou heteronormativa.

O relato de Ana (21 anos) “[...] a família, minha mãe logo dizia: “não quero você brincando com meninos de nada, não quero você brincando de bola” [...]A questão de tias, pai também, chegando até de me proibir de sair de casa porque sabia que eu ia brincar mais os meninos e tal”, este aborda claramente a vigilância da família quanto a sexualidade de Ana (21 anos) que desde a infância já é ensinada como deve se comportar , permitir que ela brincasse com os meninos não era visto com naturalidade, pois meninas não “brincam de bola”.

Nesse sentido, percebemos que a educação voltada para o gênero e sexualidade é construída pela concepção da heterossexualidade, que define características para homem/menino e mulher/menina, isto é, dois mundos distintos, sendo essa educação normatizada, a família não reconhece outras orientações sexuais e posteriormente produz desigualdades sociais.

É perceptível que a todo instante a família estar presente na formação sexual dos graduandos,

[...] quando a gente tinha uma conversa sobre isso era uma conversa polêmica e era consequência de alguma coisa que eles tinham ouvido ou

tinham vindo de alguém, por exemplo, se eu me relacionava, se eu tinha amizades com pessoas com comportamento “X” [...] meus pais iam falar comigo [...], sobre a sexualidade daquelas pessoas e como a sexualidade daquelas pessoas poderiam influenciar na minha sexualidade, [...] Um debate ditatorial, de dizer que você não pode ser isso, você não é isso, você não vai poder fazer isso, então a gente nunca teve uma conversa pra sentar pra falar sobre sexo, pra falar sobre gênero, pra perguntar quem eu sou e do que eu gosto, a gente nunca teve essa conversa. (José, 23 anos) (grifos meus).

Diante do exposto, enfatizamos mais uma vez a importância do diálogo, porém nesse discurso há um conflito, em vez de diálogo, onde a sexualidade de José (23 anos) é vigiada, sua convivência com “pessoas de comportamento “X”, implica diretamente no relacionamento com os pais. Nessa lógica, a educação familiar é sempre intencional e não programada, de maneira que não é pensado nos sujeitos enquanto seres sexuados que tem vontades, desejos e gostos, mas aqueles sujeitos que podem ser moldados e obrigados a seguir escolhas estabelecidas pelos padrões heteronormativa. Porém o termo “escolhas” em se tratando da orientação sexual não é a expressão correta, mas é comumente usada, pois ninguém escolhe gostar dou outro pelo seu sexo biológico, o sentimento apenas acontece, e o gostar acontece naturalmente.

De acordo com as observações nos diálogos de Maria (23 anos), Ana (21 anos) e José (23 anos), entendemos que os conceitos produzidos na família são repassados de geração à geração, isto é, temos uma “hegemonia cultural”. A ideia prevalecida pela maioria, no caso a heterossexualidade, é o campo central dessas ideias, que estereotipam os comportamentos, que perpassa de avós, pais, e tios, estabelecendo uma vivência de relações sociais negativas com o(a)s graduando(a)s e o meio social.

5.1.2 Experiências em educação sexual na escola

Sobre as experiências educativas vividas no ambiente escolar,

No meu caso ela foi uma reprodutora dessas ideias que já aconteciam em casa, de que forma? Na questão de digamos numa aula de educação física, é como o espaço da escola era limitado, às vezes a professora levava alguns tipos de jogos e tal, digamos, dominó, xadrez e tal, onde as meninas ficavam concentradas dentro da sala de aula brincando daqueles jogos tidos como jogos de meninas e nem tanto, e os meninos lá fora brincando de bola. (Ana, 21 anos)

As pessoas não conseguiam explorar isso de modo prático, de dizer: “é assim, assim, assim.” Era um falar com censura, com medo de falar, entendeu?! Com medo de ver o que o aluno vai dizer quando chegar em

casa, entendeu?! Quando chegar em casa aí esse aluno vai chegar e vai dizer pra mãe que a gente tá ensinando o quê? Era uma abordagem superficial que eu digo hoje porque não existia um direcionamento, um planejamento de dizer: “Olha! A gente vai fazer uma palestra sobre isso e isso e isso e a gente vai abordar isso assim, assim, assim...” a gente percebia que não tinha isso, a gente percebia que o profissional tinha medo de falar, ele falava com medo. (José, 23 anos) (grifos meus).

É tão sério esse tipo de coisa! Porque na sala de aula uma vez, era no ensino fundamental, oitavo ano, eu lembro que uma professora minha falou da questão que uma menina ter engravidado porque pegou uma toalha que um homem tinha usado. Ela contou nesses termos! Tinha usado a toalha que um homem já tinha usado. Ela usou a toalha e por usar essa toalha ela engravidou. Ela contou essa história. Pronto! Eu coloquei na cabeça que eu não podia pegar em toalha! Eu não podia pegar em toalha aqui em casa de ninguém! Nem do meu irmão! Nem de pai! Nem de ninguém! Que ali eu pensava que eu já ia engravidar. Olha a mentalidade!!!! E eu passei muito tempo desse jeito. (Diana, 25 anos) (grifos meus).

Podemos perceber que as experiências na escola relacionadas às práticas dos profissionais no processo educativo aconteceram de maneira diferenciada, porém semelhantes quanto ao conhecimento sobre gênero e sexualidade, ou seja, um conhecimento padronizado pela cultura da sociedade, que desde cedo já estabelecem diferenças entre “meninos de meninas”, “a voz do profissional simbolizada pelo medo da família” e a “abordagem sexual negativa”, “com censura” marcaram a formação do(a)s graduando(a)s.

Eles também conseguem identificar como as atitudes dos profissionais lhes permitem agir e pensar de forma inadequada sobre a sexualidade, como identificamos no caso do uso da toalha, citado por Diana (25 anos). A desconstrução dessas concepções, desses mitos, só vem acontecer, quando há oportunidade de adquirir informações por outros meios. Segundo Diana (25 anos) essa concepção só mudou “a partir do momento que eu comecei a namorar e eu tive contato com algumas amigas minhas que também eu não tinha muita amizade e aí eu fui perguntando, Dioguinho mesmo foi quem me fez enxergar muita coisa nesse sentido”.

Cabe, aqui, refletirmos sobre as diversas experiências e espaços de formação sexual em que vivemos, pois acreditamos na premissa de que as experiências de vida influenciam na nossa educação, ou seja, elas são eminentemente educativas por nos proporcionar aprendizados que são construídos cotidianamente pela cultura da sociedade. Nesse sentido, historicamente, a educação sexual, no Brasil, o pensamento ideológico predominou ou predomina nas instituições escolares, é uma questão hierárquica, que promove as “desigualdades de gêneros”, colocando a sexualidade no campo do “proibido/permitido”. Essa ideologia, infelizmente, acaba afetando a formação de crianças e jovens que estão em

processo de curiosidade e descoberta. No entanto, se a escola não o promove uma intervenção voltada para as necessidades desses sujeitos, provavelmente os conceitos serão reproduzidos seguindo a ordem ideológica de divisão binária e desigual da polaridade “homem/mulher”.

Acreditamos que suas experiências escolares o(a)s fazem compreender que nesse contexto, no campo da formação, oriundo de uma diversidade de significados, o caminho é a aquisição dos conhecimentos por parte de professore(a)s. Sem conhecimento não há prática! Não é possível promover uma intervenção significativa e positiva voltada para a educação sexual, do contrário será aquele conhecimento construído sob a perspectiva de reprodução dos modelos padronizados da sociedade.

Eu acho que se essas temáticas, não só essa de gênero, como eu também trato da questão racial, como eu estou tratando dessa temática no meu tema de TCC, eu acho que essas temáticas, elas deveriam ser tratadas do início, seja com a criança, com a própria criança porque o preconceito nasce daí, do desconhecimento e eu acho que se essas temáticas fossem levadas em consideração a partir do início, da educação da criança. Hoje teríamos uma sociedade menos preconceituosa em relação a isso, até porque eu acredito que a criança não é preconceituosa esse preconceito tá enraizado na sociedade e acaba transmitindo pra criança. (Diana, 25 anos) (grifos meus)

Desse modo, quando Diana (25 anos) sugere abordar as temáticas de gênero desde a educação inicial. Ela consegue perceber que a formação se faz necessário desde sempre, começando pela criança. Desse modo, é preciso que a escola, a família, a sociedade e principalmente o profissional reflita sobre a diversidade, agregando essas temáticas nas discussões das aulas, para que futuramente essas crianças sejam adultos que respeite o outro, o negro, a mulher, gay, lésbica, travesti, transexual. Que reconheça o outro como um ser humano independente de sua etnia, gênero ou orientação sexual. E ela conclui ser fundamental ter uma formação em educação sexual voltada a abordagem educativa.

Principalmente os professores de educação infantil, porque é a faixa etária que você deve ter o maior cuidado em tratar dessas temáticas, mas é de fundamental importância e é por isso que é importante o professor ter formação pra tratar dessa temática, não só dessa como a diversidade em geral. (25 anos).

Quando pedimos para o(a)s graduando(a)s avaliar a discussão sobre gênero e sexualidade na formação docente, todos colocaram uma abordagem diferente, quando Maria (23 anos) afirma que “[...] nós enquanto alunos em formação para trabalhar com a criançada a gente tem que falar muito e não é só uma vez ou duas. É estar sempre recorrendo a esses

temas para diminuir de uma vez esse preconceito, esses conhecimentos mal esclarecidos”. Assim, enfatiza a importância da formação no processo de intervenção com as crianças, uma vez que contribuirá para a desmitificação de preconceitos e discriminações.

5.1.3 Experiências com a diversidade Sexual: distanciamentos e aproximações

Quanto às experiências vividas nos espaços sociais, o ambiente familiar se destacou como um espaço significativo para a apreensão e vigilância dos padrões de gênero e de orientação sexual, no sentido de manter um distanciamento de qualquer possibilidade de um comportamento desviante dos padrões de gênero e de uma suposta ruptura com a heteronormatividade:

Eu já vi várias vezes tanto em casa como na rua, o menino que brinca com meninas, um único menino que brinca com meninas ele é logo taxado de gay, porque menino só pode brincar com meninos, menino só pode brincar se for de bola, de carrinho, menino não pode brincar nem com menina e nem com boneca, eu mesma gostava quando eu era criança de brincar com meninos e com brincadeiras que eram consideradas masculinas e a minha vó sempre me criticava por causa disso (Maria, 23 anos). (grifos meus)

Minha mãe logo dizia: “não quero você brincando com meninos de nada! Não quero você brincando de bola” sempre era assim, entendeu? E a escola era reprodutora dessas ideias, infelizmente. Hoje em dia as concepções já mudaram e tal, só que infelizmente era bem conturbada mesmo. (Ana, 21 anos). (grifos meus)

Conforme podemos perceber, desde a infância, as questões de gênero já estavam presentes nas experiências da infância de Maria (23 anos) e Ana (21 anos). Os lugares de “ser homem” e “ser mulher” já eram ensinados e aprendidos nas brincadeiras de crianças, a heteronormatividade é posta desde sempre. Dessa forma, é possível analisarmos como a figura da família colabora nesse processo de reprodução de valores hegemônicos instituídos pela cultura da sociedade, que sempre padroniza os comportamentos para homens e mulheres, reforçando as desigualdades de gêneros.

Acreditamos que as experiências no contexto familiar deveria ser o lugar de (re)produção de valores e crenças voltadas para o respeito, ética e cidadania, é na maioria das vezes o espaço de (re)produção manifestada de preconceitos, tabus, crenças e conservadorismo, principalmente quando estar relacionado a orientação sexual dos sujeitos, as

peças que mais sofrem com a aceitação da família, a sociedade no geral são as peças LGBTT's.

Quando Maria (23 anos) relata que “[...] tem peças que casam, têm filhos e quando se separam aí se descobrem ser *gay* ou lésbica, aí as peças diziam que isso era escolha, que era sem “vergonhice” [...] peças assim, mais velhas, tipo: nossos pais, nossos avós, tios...”, esta consegue reconhecer como a formação da família é patriarcal e heteronormativa, e tem contribuído para a perpetuação das desigualdades de gêneros, uma vez que o certo seria “homem com mulher”, peças com os sexos opostos e não “mulher com mulher” ou “homem com homem”, peças de mesmo sexo. Assim,

para a compreensão do desenvolvimento do indivíduo, considera-se três elementos fundamentais: um é a fase e vida que o indivíduo se encontra; o outro é o contexto geográfico – o espaço em que ele está inserido – e o terceiro é o significado dado pelo sujeito de acordo com suas experiências individuais e coletivas.” (JOCA, 2008, p.140)

Desse modo, constatamos que as ações dos sujeitos é determinado por uma sequência como bem enfatiza o autor, a vida, o espaço e o significado das experiências individuais e coletivas dos sujeitos, então se a família vive aquela padronização de modelo tradicional, o casamento, a reprodução e as práticas sexuais acontecer apenas entre os sexos opostos, quando estas vêm essas mesmas ações acontecer com as peças do mesmo sexo, este conceito rompe com sua cultura, e é a partir desse rompimento que os sujeitos manifestaram suas concepções, agindo de maneira discriminatória, preconceituosa e homofóbica.

Compreendemos que os saberes adquiridos não se resumem apenas ao espaço escolar. Percebemos que a família, a igreja, e também o espaço no qual que reside é essencial para compreender o mundo que nos cerca. Portanto, para entender o processo de inserção as questões de gênero e sexualidade é necessária uma retrospectiva das experiências vividas nos diversos espaços sociais. Uma questão que apareceu como relevante para alguns sujeitos foi a dimensão o lugar de morada, ou seja, as vivências no campo, “no sítio” e na cidade.

Eu acho que foi a convivência com peças assim de... tipo amigas lésbicas, amigos gays. Assim, quando eu morava com os meus pais eu nunca tive, eu não sei se é porque as peças... porque eu morei com os meus pais até os quatorze anos. Já tá com dez anos que eu saí de casa. Eu não sei se há dez anos atrás as peças disfarçavam ou se aonde eu morava que era no sítio não tinha... assim... não exista. Lá não tinha gay e nem lésbica. Lá no sítio que eu morava e eu não saía de casa, não saía pra outro sítio. Eu não... é como se não existisse no mundo aquilo! Eu ouvia aqueles comentários, mas era uma coisa assim de longe ou na novela, na televisão, era como se aquilo

ali, o gay e a lésbica não existisse no meu mundo, entende?! Aí quando eu vim morar, quando eu vim fazer o ensino médio e vim morar na cidade, aí aqui é.... (Maria, 23 anos) (grifos meus).

Eu sempre morei no sítio entendeu? As questões são mais limitadas e tal eu acho que a cidade é um ambiente mais abrangente e na escola a gente não via isso! Geralmente era só as situações de preconceito com a questão de algumas meninas fazerem alguma coisa, com os meninos fazerem outras só esses tipos entendeu? ou na televisão às vezes alguma notícia. (Ana, 21 anos) (grifos meus).

Podemos perceber, nesse caso, que o sítio apresenta uma sensação de distanciamento quanto aos saberes sobre a questão de gênero e sexualidade, em especial, sobre as questões de diversidade sexual. Nesses espaços, a sensação de alguns é a de que no sítio só existia a heterossexualidade, de maneira que pessoas homossexuais – LGBT - não existiam, portanto o conhecimento sobre essas pessoas eram apenas por televisão, como se “o gay e a lésbica não existissem”, configurando em um distanciamento geocultural. Somente a partir do momento que tiveram acesso a cidade é que perceberam a existência dessa possibilidade de vivência não heterossexual.

Quanto à abordagem no ambiente da igreja, Diana (25 anos) relatou que “[...] quando eu participava da catequese isso daí nunca foi tocado nesse assunto! Essa temática não! E eu sempre participei muito da igreja!”, Portanto uma temática aparentemente ausente, no entanto, percebemos que, na realidade, a igreja influencia muito na formação dos sujeitos, embora Diana (25 anos) mencione que não havia discussão, a igreja prega suas crenças sem que os sujeitos percebam, geralmente, atribuindo o sexo à reprodução e associando a homossexualidade ao pecado.

As vivências de relações sociais negativas no grupo de amigos foi também um ponto de destaque.

Não, na família não, mas entre amigos sim, pessoas que dizem que não são preconceituosas, mas nunca dirigem a uma amiga da gente que é lésbica como “fulaninha” não sabe chamar pelo nome, só sabe dizer: “aquela que é “sapatão””, “aquele “viado”” e é assim. [...] Quando é hétero chamam pelo nome, mas quando não é, não chamam pelo nome (Maria, 23 anos).

Com base na fala de Maria (23 anos), compreendemos que não somente a família carrega os estereótipos, como também o grupo de amigos. No entanto, as palavras estereotipadas são apenas usadas para as pessoas LGBTT's, a “lésbica é sapatão” e “gay é veado”. Quando se trata de hétero não existe nenhuma designação pejorativa de nome. Seria um equívoco concordarmos com Maria (23 anos) ao associar o uso dos termos

discriminatórios a uma questão de geração, às pessoas “mais velhas”, pois essas manifestações preconceituosas, homofóbicas ou estereotipadas acontecem em todas as gerações, independente de idade, com maior ou menor frequência.

5.2 Formação docente em gênero e sexualidade na UFCG

As discussões com base na formação docente do(a)s graduando(a)s em gênero e sexualidade na Universidade tem como objetivo refletir a relevância desse processo formativo, pois, “O docente, em seu desempenho profissional, no processo de ensino-aprendizagem, necessita adquirir conhecimentos científicos específicos com o qual trabalha, ou seja, conteúdos relacionados à formação intelectual e humana dos sujeitos. [...]” (JOCA, 2008, p.136). Assim, compreendemos que o processo de formação se faz necessário no percurso do profissional, de modo que precisamos ter conhecimentos científicos voltados não somente para a formação intelectual, mas também humana, e se assim acontecer, o profissional independente de qualquer área conseguirá desenvolver suas práticas educativas com êxito.

Nessa perspectiva, ao abordar sobre a formação acadêmica, Ana (21 anos) afirma que “a universidade ela me abriu portas para novas questões que até então eu não conhecia, porque tipo, a educação sexual é uma coisa tão abrangente e a gente só volta para as questões do... digamos de ser hétero, de ser homo, de ser gay e por assim vai.”. Isso significa que ela já consegue apreender como os conhecimentos adquiridos na universidade possibilita pensar de forma diferenciada a educação sexual e não direcionar seu pensamento aos conhecimentos restritos à orientação sexual.

José (23 anos), por sua vez, lembra que “[...] fora da universidade eu nunca tive um contato direto e específico à questão de gênero e sexualidade [...] Isso acabou dificultando muito e prejudicando muito na fase de descobrir quem eu realmente era. Quem eu realmente sou, melhor dizendo”. Dessa maneira, percebemos que os conhecimentos adquiridos sobre gênero e sexualidade na universidade permitiu que ele descobrisse sua sexualidade, visto que anteriormente quando não tinha o conhecimento acerca de gênero e sexualidade, dificultou o seu auto reconhecimento enquanto sujeito.

5.2.1 Gênero e sexualidade na formação do(a) pedagogo(a) na UFCG

Nesse sentido, as discussões a seguir consiste no processo de construção de significados diversos atribuídos à educação sexual, através dos saberes produzidos principalmente na universidade.

Quando perguntamos aos graduandos sobre os momentos em que a temáticas gênero e sexualidade foram abordadas, obtivemos

Foram abordadas na disciplina de Psicologia, geralmente, sempre os professores trazem algum exemplo de acordo com os pensamentos dos psicólogos e a gente tá sempre conversando sobre isso, mas é mais nas disciplinas de Psicologia e nesse curso de extensão que eu fiz. (Maria, 23 anos); (grifos meus)

[...] Na sala de aula é abordada, digamos, não diariamente, mas frequentemente, tanto é, digamos, na questão de palestras, em algumas disciplinas como na de Educação Inclusiva [...] aqui na universidade o aporte é maior[...]a questão do primeiro contato, é muito interessante isso, eu não sei nem explicar a sensação, mas que muitas pessoas se fecham para essas sensações e eu não, eu me abri totalmente, totalmente assim, no sentido de querer entender, eu sempre procuro entender o outro, mas o porquê disso? O por que daquilo? entendeu? [...] as discussões em sala de aula me possibilitou um maior aporte teórico sobre o tema e tal e as relações na universidade me proporcionaram também grande experiência e assim, o que eu achei bem interessante na universidade são a questão dos professores, não digo todos, mas alguns transmitem todo um entendimento sobre a temática, a questão de não diferenciar os alunos, foi o que eu achei bem interessante. (Ana, 21 anos); (grifos meus)

[...] Essa temática só foi abordada duas vezes que eu consigo me lembrar, uma na disciplina que é educação, cultura e diversidade no curso de pedagogia e, mas também foi uma discussão muito superficial, porque são três coisas, educação é um mundo, sexualidade já é outro mundo e diversidade então nem se fala, não dá pra ter uma discussão em cima de três temas tão amplos em quatro meses, a discussão que eu tive sistemática pra dizer assim, assim, assado a gente pode pensar assim, assim, assim foi no curso de extensão do professor Alexandre que ele proporcionou o debate em cima disso. (José, 23 anos); (grifos meus)

[...] Na disciplina diversidade... [...], mas ela enfocou mais na questão racial, na história dos africanos e, mas ela trouxe alguns textos envolvendo o gênero, mas aí não foi tão importante, como é que eu posso dizer? Não trouxe tanta ênfase como a questão dos africanos e a questão racial e também a disciplina arte e educação, ele também trouxe alguns enfoques [...] os alunos trabalharam essas questões das diversidades e o gênero também estava incluído, foi muito importante até porque teve várias palestras, teve muitas situações que foi de grande importância na questão do gênero

também, na questão do gênero... [...] teve o seminário [...] (Diana, 25 anos); (grifos meus).

Diante das respostas apresentadas, foi possível perceber que as discussões sobre gênero e sexualidade se fazem presentes de maneira frequente na formação do(a)s pedagogo(a)s e sob uma perspectiva pedagógica interdisciplinar. Isso porque essa discussão não abrange apenas uma disciplina específica, mas abrange por uma diversidade de abordagens, a partir da psicologia, da cultura, da filosofia, da sociologia etc., sendo abordada tanto em atividades pontuais, como em atividades de extensão, quanto no cotidiano da formação, no ensino.

Ana (21 anos) menciona a questão das relações interpessoais na universidade, lembrando que as relações na universidade contribuem para o seu processo formativo, no sentido tanto de querer entender o outro, como também na questão da ética profissional dos docentes do curso para com os alunos, “a questão de não diferenciar os alunos”, isto é, o docente como aquele que promove a inclusão da diversidade.

Porém, José (23 anos) acredita que a universidade apesar de abordar essas temáticas, necessita de aprofundamento. Assim, questionamos: o que especificamente foi discutido na universidade?

[...] na sala de aula sempre tem um espaço que é todo enfeitado de azul pra colocar as coisas dos meninos e um lado que é só rosa que até tipo um painel que coloca só coisas de meninas e os professores enquanto estão se formando agora deve “quebrar” isso, não existe isso de coisas de meninos e coisas de meninas, tem que está tudo junto e misturado, a gente vive numa sociedade repleta de diversidade, a gente não pode tá separando tem que juntar e mostrar que isso de separar não é... é ultrapassado, não existe mais [...]mas outras disciplinas de sociologia, filosofia não falam muito nessas coisas [...] . (Maria, 23 anos);

[...] a questão nas Sociologias, os movimentos sociais [...] as lutas, a questão do feminismo que eu acho bastante interessante [...] também na questão de Educação Inclusiva, [...] também na questão da Diversidade [...] também algumas aulas sobre o currículo, a questão da elaboração de um currículo inclusivo e tal que voltasse pra todos os públicos e tal, além da integração dentro da escola, porque você sabe que o que acontece muito na escola hoje é a questão da integração, você se preocupa em colocar lá aluno dentro da escola, mas você não se preocupa em mantê-lo dentro da escola. (Ana, 21 anos); (grifos meus).

As temáticas abordadas na sala de aula foram bem significativas, despertando no(a)s graduando(a)s uma preocupação com a sociedade, como deve trabalhar em sala de aula, de modo a promover igualdade, integração e/ou inclusão dos alunos, rompendo com esses

conceitos históricos e cultural de “coisas dos meninos” e “coisas de meninas”, que é naturalmente expresso por cores azul-menino e rosa- menina. A ênfase na atuação dos movimentos sociais e mais uma vez, na interdisciplinaridade, proporcionando um melhor conhecimento acerca do gênero e sexualidade na formação docente, pois este campo é amplo e não se restringe há uma discussão disciplinar única.

Ana (21 anos) ressalta as dificuldades e limitações da abordagem na universidade.

Olha, eu ainda acho que seja mínima, porque infelizmente ainda existe uma resistência na questão dos alunos também, porque se você for analisar, digamos, que minha sala de aula atualmente é... vou tentar exemplificar melhor, tipo em alguns seminários a gente tratou de algumas temáticas certo? E que por diversas vezes quando um determinado grupo caía sobre a temática gênero, diversidade sexual, muitas vezes quiseram mudar os grupos e tipo, na hora da apresentação era a coisa mais linda do mundo e por trás você sabia que não era a pessoa, foi só pra agradar o professor ou concordar com a temática, e a gente sabe que as concepções são diferentes e até a gente escutava pronunciamentos “ah eu fiz isso aqui, mais eu fiz isso aqui foi só pra eu ganhar nota” entendeu? Você vê que são pouquíssimas pessoas que mudam as concepções, não estou dizendo na questão de tolerar, mas de respeitar[...] Eu não acho nem que seja, digamos, necessário uma disciplina específica, até porque pode ser tratada nas diferentes esferas e diferentes disciplinas [...] eu acho é que acontece uma resistência em tratar aquilo dentro da sala de aula, pelos pais, pela resistência do próprio professor, porque vai gerar um debate e se você não tiver pronto pra aquele debate nem invente, porque vai ter debate. (Ana, 21 anos); (grifos meus)

O que está centralizado nessa discussão é a questão da resistência de alguns aluno(a)s/graduando(a)s no trato das questões de gênero e sexualidade, por vez Ana sugere que necessita reforçar mais sobre essas questões, para que o(a)s aluno(a)s/graduando(a)s reflitam sobre suas concepções, que aparentemente em seus diálogos “respeitam” a diversidade, enquanto que as demonstrações nas suas atitudes são de “tolerância”. Para José (23 anos) a discussão

Está presente, mas ao mesmo tempo ausente. Ela tá ali! ela está ali, no currículo! Ela está no debate é que não é tão profundo, mas eu não culpo o curso nem muito menos o professor. É porque é um debate amplo pra ser trabalhado em quatro meses. É uma temática que a gente precisa vivenciar em outros espaços que não sejam a sala de aula como o curso de extensão, por exemplo, é necessário que exista um curso de extensão, uma roda de conversa, uma palestra constantemente sobre esses temas, porque não dá pra gente trabalhar isso em quatro meses de aula! Não dá! infelizmente não dá!

Mas assim essa temática está presente no curso de formação, mas ela é deficitária, ela deixa lacunas abertas. (grifos meus)

Assim, percebemos neste discurso um ponto crucial para as práticas docentes, a presença do currículo na formação docente, porém José critica a maneira como é conduzida os debates acerca das temáticas gênero e sexualidade, o mesmo acredita está incluído no currículo, deve ser constantemente abordado e com maior ênfase, pois, esses temas por serem amplos, precisam serem trabalhados com mais intensidade, que as discussões não seja restrita as salas de aulas, mas precisa ser desenvolvidas em outros espaços, para garantir uma melhor formação, através de palestras, roda de conversas e curso de extensão.

5.2.2 As expectativas do(a)s graduando(a)s em Pedagogia

Quanto aos anseios do(a)s graduando(a)s, ele(a)s gostariam que essas temáticas estivessem sendo discutida no currículo de modo que

[...] esclareça as dúvidas que eu tenho e que me prepare ainda mais para lidar com as crianças que elas estão sempre perguntando, elas perguntam muito e tem coisas que a gente não tá preparado pra responder pelo fato de ser criança e criança você não pode responder como você responde pra um adulto, você tem que elaborar uma resposta para não confundir a mente da criança [...] (Maria, 23 anos); (grifos meus)

[...] a gente pode voltar uma discussão mais prática do que teórica [...] ver a diversidade que a gente tem na sala e trabalhar com ela [...] a gente tem uma diversidade de gênero ali dentro da sala de aula, [...] então eu acho que a gente tem como trabalhar com o que tem dentro da sala de aula, [...] é proponho essa questão de curso de extensão, projetos de extensão, de projetos de pesquisa também, de rodas de conversa, palestras, agora isso não é pra ser um caso excepcional, isso é o que deve ser concomitantemente, isso é algo que tem que ser concomitantemente não, cotidianamente, essa discussão ela tem que ser diária, ela tem que ser uma discussão interdisciplinar. As outras disciplinas tem que conversar nesse mesmo objetivo de sensibilização (José, 23 anos); (grifos meus)

Temos a percepção que em ambas as respostas, que as abordagens no processo formativo sobre gênero e sexualidade na formação docente ainda não é suficiente, mas relevante para a prática docente. Quando os graduandos indicam alternativas para o trato dessas questões no currículo, significa dizer que estes ainda não se encontram preparados para

lhe dar com os alunos, e necessitam de maior aprofundamento quanto aos conhecimentos sobre a educação sexual para a prática docente.

Conforme podemos perceber, apesar dos avanços e das experiências positivas vivenciadas na formação desse(a)s graduando(a)s, as expectativas ainda estão para serem alcançadas de forma integral, no sentido de suprir as demandas da formação docente em pedagogia. Uma das atividades formativas consideradas exitosas foi o curso de extensão “Educação Sexual e Cidadania”, realizado em 2017.

5.3 Curso de extensão “Educação Sexual e Cidadania” sob o olhar do(a)s graduando(a)s em Pedagogia

As abordagens desse eixo terá como finalidade identificar os saberes adquiridos no curso de extensão Educação Sexual e Cidadania. Nesta perspectiva, e de acordo com a necessidade de entendermos o processo de formação dos sujeitos para as práticas educativas, com base na Educação Sexual e Cidadania, buscaremos enfatizar os conceitos e saberes obtidos pelos graduandos durante o curso de extensão.

Inicialmente questionamos os graduandos sobre o que levaram a se inscreverem no curso? qual a motivação inicial? E o que esperavam do curso?

Então, foi exatamente isso do conhecimento prévio que eu tinha que não era satisfatório e que quando eu comecei o curso de Pedagogia, que no primeiro período já teve a disciplina de psicologia, que a professora começou a falar, sabe!? Começou assim a levantar aquelas curiosidades, aquela vontade de querer saber mais de querer conhecer mais, aí quando surgiu esse curso eu chamei as meninas da sala “tudinha” pra gente participar, é tanto que eu trouxe uns cinco ou seis (risos). (Maria, 23 anos).

Bom, o que me motivou inicialmente foi à questão de novos aportes teóricos, de novas informações a cerca do tema, porque você sabe, num grupo todo mundo vai trazendo diversas contribuições, porque nem todo mundo convive no mesmo meio, outras situações e tal, explicações e... qual foi a outra pergunta? Bom, (risos) o que eu esperava era uma grande quantidade de pessoas, porque na universidade a gente via essa temática bem presente, assim, na questão dos movimentos e alguns eventos que estão aqui e o público em si, eu esperava mais o público presente, muito mesmo. Eu esperava mais a participação mais ativa de pessoas que fazem isso aqui na universidade diariamente e o que eu encontrei foi uma turma é, digamos, sem conhecimentos sobre e mais pra brincadeira, só por certificação. (Ana, 21 anos).

O que me levou primeiro foi o meu... a oportunidade de eu me conhecer melhor, de eu me aceitar mais, eu já me aceitava, mas eu queria me aceitar

mais, eu queria compreender o que acontecia comigo e se as pessoas pensavam como eu, eu queria está em um contexto que as pessoas pudessem complementar o meu pensamento ou que pudessem discordar de mim, mas que de alguma forma pudessem colaborar pra o meu auto reconhecimento, eu precisava disso, depois o que me levou também a me inscrever no curso foi levar esse debate pras escolas quando eu fosse profissional, a minha formação humana, a minha formação pessoal falou antes da minha formação profissional, Assim (risos) eu não tinha uma expectativa muito direta, eu sabia ia haver discussão, mas eu não sabia como essas discussões iam acontecer, porque eu não conhecia bem a questão da sexualidade, o que quer dizer sexualidade, o que quer dizer gênero, pra mim gênero era masculino e feminino. Sexualidade não era o modo como eu me via, mas o que eu fazia, pra mim a sexualidade estava mais ligada ao ato de fazer o... entendeu? E o gênero estava direcionado ao masculino e feminino e quem não fosse isso era o que? Eu fui em busca de respostas no curso de extensão. (José, 23 anos).

Óh! Eu vou ser muito sincera. Eu me inscrevi no curso em questão dos créditos, inicialmente foi por causa disso, mas a partir do momento que eu comecei a participar eu vi que essa temática também me chamou atenção, porque afinal ela é o centro que você pode vencer os tabus que existem na sociedade e ela foi pra mim, derrubou os meus tabus de certa forma. Justamente. Eu esperava ter um conhecimento sobre coisas que eu não tinha um conhecimento ainda, não sabia, não tinha nem noção e o curso veio pra isso e aí que eu consegui superar minhas expectativas nele, diante dos temas propostos a cada dia do curso. (Diana, 25 anos)

De acordo com o exposto, em se tratando do que levaram a se inscrever, suas motivações, três afirmaram que seria ter o conhecimento sobre gênero e sexualidade, suas curiosidades e das outras pessoas que ali estavam, embasamentos teóricos acerca do tema, exceto Diana (25 anos) que afirma claramente que se inscreveu no curso em questão dos “créditos”, porém a mesma afirma que depois que começou a participar, passou a ter interesse pela temática, e isso é um ponto positivo, pois ela teve o amadurecimento para ir ao curso não só para uma certificação como bem coloca Ana (21 anos), mas participar ativamente das aulas, em vista de ter o conhecimento sobre coisas que não sabia. Porém, Ana (21 anos) demonstra um sentimento de decepção quanto ao público encontrado no curso, faz uma crítica aos comportamentos dos sujeitos, relatando ter encontrado “uma turma sem conhecimentos, mais pra brincadeira”, e ainda questiona porque as pessoas que fazem o movimento sobre gênero e sexualidade não ter participado. Mais adiante Maria (23 anos) complementa que, a disciplina de Psicologia foi o estímulo para participar do curso,

eu tinha aquele conhecimento prévio, mas como não tinha ninguém assim, pra ficar tipo incentivando, não tem ninguém pra falar e não tinha interesse, até então não despertou interesse, apesar de eu ter aquele conhecimento que

eu sabia que não era o adequado, [...] Então, aí as discussões começaram com a disciplina de psicologia [...] esse exemplo de ter um painel azul e um painel rosa dentro da sala de aula, aí o aniversário do menino era colocado numa estrelinha no painel azul, o da menina [...] De gênero e sexualidade dentro da sala de aula aí isso foi assim me incentivando a procurar saber mais, sabe?!

Uma característica importante mencionada no discurso acima, foram as experiências de Maria (23 anos) vivenciadas na disciplina de Psicologia, que motivou a buscar conhecimento em outro espaço que não fosse a sala de aula, enriquecendo sua formação acadêmica. Quando perguntamos se no decorrer do curso Educação Sexual e Cidadania foram apresentados algum tema/conteúdo que não sabiam, obtivemos o seguinte:

Era justamente essas sobre as diferenças, sabe?! Pra começar eu não sabia nem o que era sexualidade, aí assim de acordo com o curso e com o seminário que eu apresentei no período passado eu descobri que a sexualidade está interligada a sexo como as pessoas pensam, as pessoas associam sexualidade a sexo e não é isso, é um afeto consigo mesmo, sexualidade é como se fosse o amor próprio, outra coisa é essas diferenças, sabe?! do movimento LGBT, eu não sabia, eu só sabia o que era a lésbica e o gay porque é uma coisa mais comum aqui, pelo menos aqui. (Maria, 23 anos).

do saber quem eu sou e me aceitar como tal e de conseguir ver o outro com outro olhar, um olhar sem preconceitos[...] não existe tolerância, não é tolerar, a gente tem que respeitar [...] então a formação que o curso me proporcionou no âmbito profissional foi imensurável, eu consegui ver o mundo de uma outra maneira, eu consegui ver o sujeito que passava ali na rua de outra maneira, eu consegui ver uma menina que se vestia de homem, mas dizia que não era homem, que era menina de outro jeito, porque isso me deixava confuso, então eu consegui ter uma visão mais diferenciada pra esses sujeitos, apesar de eu fazer parte desse contexto eu não me sentia pertencente a ele, eu excluía ele, eu tinha um preconceito com o meu próprio grupo, o curso de extensão fez com que eu quebrasse esses preconceitos, me aceitasse e me inserisse nesse grupo. (José, 23 anos).

É a questão do trans e dos... foi trabalhado nesse dia, teve questões que eu não sabia, era quatro... era gays, lésbicas, trans e héteros “né?!” teve coisa que foi abordado que eu não tinha o menor conhecimento, que pra mim me pegou de surpresa, me surpreendeu de certa forma. (Diana, 25 anos)

O que trazemos nesses relatos, se trata exclusivamente dos conhecimentos acerca da sexualidade e dos movimentos LGBT, pois os graduandos afirmam que não sabiam as

definições científicas dessas temáticas, mas apenas aqueles conhecimentos prévios, aqueles que se ouvem ou ver com mais frequência, na maioria das vezes conceitos populares. Mas o curso possibilitou conhecer e compreender o que significava cada temática, principalmente entender o que diz a sigla LGBT, quais as diferenças existente entre “lésbica, gay, bissexuais e trans.”, pois comumente só entendiam o que eram lésbica e gay. Outro ponto importante destacado por José (23 anos), além da compreensão do que era sexualidade e LGBT, foi a questão dela se aceitar como gay, eliminar os possíveis preconceitos que ele tinha consigo e com o outro, a questão do respeito e da tolerância. Um elemento não mencionado, foi a questão dos conceitos popularmente usados pela sociedade com relação aos gays e lésbicas, nesse sentido, queremos fazer uso das palavras de Maria que comumente são chamados de “Viado” e “sapatão”, negando a estes sujeitos ter uma identidade, fazer uso de termos pejorativos.

Em se tratando dos pontos positivos, as contribuições do curso para a formação docente do(a)s graduando(a)s, apenas Ana (21 anos) e Diana (25 anos) conseguiram responder, a primeira colocou a questão de conhecer novas opiniões sobre o tema, como tratar esse tema na escola, enquanto que Diana (25 anos) fala de si mesma, quando o curso proporcionou refletir sobre seu preconceito, e a partir deste ela acredita que conseguiu derrubá-lo. Neste sentido, perguntamos em que sentido ela se achava preconceituosa?

você se deparar com homens tendo relações aonde você possa ver, homem beijando homem, mulher beijando uma mulher, isso acaba de certa forma a gente agindo com estranheza, porque a gente não tá habituado a ver, isso eu pude trabalhar no curso e hoje eu já tenho... eu já penso de uma maneira diferente, pra mim eu já hoje se eu me deparar eu já vejo com naturalidade.
(grifos meus)

O depoimento de Diana, revela o quanto o curso de extensão foi significativo, pois quando o sujeito admite ter preconceito, acreditamos que estamos formando docentes comprometidos com a cidadania, de modo a respeitar todas as diferenças, isto é, respeita a diversidade que o cerca, pois percebemos que formação não se resume apenas na formação intelectual, mas também a formação humana.

Até o momento, percebemos que as dúvidas maiores, se baseia mais precisamente em entender o contexto social LGBT, essas discussões revelam o quanto a orientação sexual de pessoas de mesmo sexo incomoda o contexto social, e como a identidade dessas pessoas são

negadas e há todo momento necessitamos discutirmos para diminuir os possíveis preconceitos e tabus.

Considerando os saberes discutidos durante o curso Educação Sexual e Cidadania, indagamos os graduandos sobre o que aconteceu no curso que eles mais gostaram, que marcou de certa forma,

o que me marcou era as dúvidas que as pessoas tinham, são coisas bem simples que você pensa: “Nossa! e essa pessoa não sabia disso?!”, mas que no fundo quando aquela pessoa fazia aquela pergunta você via que ninguém sabia o que era aquilo, ninguém perguntava por vergonha ou por não saber formular a pergunta, mas que ninguém sabia. (Maria, 23 anos);

A que eu mais gostei eu acredito eu foi aquela do pode e não pode, o que a mulher pode e o que a mulher não pode e o que eu achava interessante bem era a colocação dos meninos, que alguns colocavam “ela pode tudo e tal” eu achava bem interessante entendeu? Porque eles se colocavam, a questão da gente se colocar no lugar do outro. (Ana, 21 anos) (grifos meus)

No primeiro encontro que a gente fez aqueles cartazes ali foi um choque muito grande[...]pessoas escrevendo e falando sobre algo que eu nunca tinha visto na minha vida e você falar tão explicitamente de partes do seu corpo que você preserva, que você acha imoral, é porque você ver o seu corpo, você ver a sua nudez como algo imoral, quando eu vi sendo exposto naquele cartaz, quando eu vi o pessoal falando sobre sexo, sobre dar ou não dar, isso pra mim foi muito chocante, então essa dinâmica marcou muito e também a dinâmica que se eu não me engano tinha homem, mulher, gay, trans... (José, 23 anos)

Pelas colocações feitas pelos graduandos, o curso de modo geral marcou positivamente, de maneira que as temáticas apresentadas romperam com todos os conceitos padronizados e/ou enraizados. As questões das dúvidas sobre alguma temática colocada por Maria (23 anos) foi o primeiro aspecto importante, pois aquilo que poderia ser minha dúvida e eu não perguntava por vergonha, na verdade quando era feita por alguém, todos tinham a mesma dúvida, percebemos aqui a resistência em abordar sobre algo e isso não é algo natural, mas culturalmente construído. O segundo aspecto foi abordado por Ana (21 anos) a questão do papel da mulher, ela descreve que achou interessante quando os meninos destacavam “ela pode tudo e tal”, percebemos aqui a questão do feminismo, onde os meninos conseguem se colocar no lugar da mulher, reconhecendo suas lutas e os direitos na sociedade. O terceiro aspecto é relatado por José (23 anos), esse foi o rompimento dos saberes em relação a sexualidade, pois as duas dinâmicas colocadas por ele como a que marcaram falavam

explicitamente sobre o corpo, assim observamos a questão do conservadorismo, que preserva o corpo.

As dinâmicas apresentadas no curso foi de grande relevância, permitindo refletir sobre seus conceitos e posteriormente desconstruir com os preconceitos, como a dinâmica que falava das características de homem e de mulher,

dizia uma característica de homem e de mulher, aquela ali foi demais, aí saíam lá as características né?! até eu coloquei uma que todo mundo achou engraçado assim que na minha concepção uma mulher quando ela é... ela é assim, uma mulher que não gosta... que não é vaidosa, devido o conhecimento que a gente já tem prévio, a gente já associa ela a ser lésbica né?! quando uma mulher não é vaidosa, anda meio assim meio com os braços abertos né?! já associa a isso, roupas folgadas já associa a isso. (Maria, 23 anos)

Em diálogo sobre as dinâmicas Maria (23 anos) ressalta que o curso foi bom durante todo o percurso e conclui dizendo “[...] eu achei que ele deveria ter durado mais tempo[...] era um curso com um tema bem cheio de tabus e todo mundo olhando pra cara de todo mundo, sabe?! todo mundo querendo fazer pergunta, mas com vergonha, mas devagarinho a gente foi se soltando[...]”, mais uma vez, percebemos como o curso contribuiu para a desmistificação dos tabus.

Quanto a contribuição do curso em Educação Sexual para a atuação na prática pedagógica, as respostas adquiridas foram

Eu assim, eu não tenho experiência em sala de aula e creio que a prática ande longe da teoria, mas ele me deu um norte, como no curso, por exemplo, a gente fez alguns comentários que me marcou, lembrei agora, de crianças que se masturbam na sala de aula, já teve desses casos né?! Então assim, até então eu não fazia ideia disso, eu nem sabia que as crianças tinham esses desejos, sabe?! eu pensei que isso era coisa de adolescente, aí depois do curso eu descobri que as crianças elas têm esses desejos e que elas põem em prática, então depois do curso é como se o curso tivesse me dado um norte pra lhe dar com uma situação dessas. (Maria, 23 anos).

Olha, contribuiu pra diversas ações como eu disse, foram fundou novas concepções de como lidar até na educação de como lidar com o tema, novas abordagens que podem ser feitas na escola e fora dela e discussões também, trazer novas discussões para a escola, não só as que eventualmente a gente frequenta. (Ana, 21 anos);

Desse modo, compreendemos que as graduandas conseguiram apreender as discussões que até então não tinham conhecimento, e já conseguem destacar como relevante no processo formativo, no sentido de que futuramente terá subsídios para fazer as intervenções na escola.

Pensando nas discussões do curso, perguntamos quais os desafios de trabalhar a educação sexual dentro da educação básica, as justificativas foram

resistência do professor, [...] a família pode até influenciar, lógico que sempre tem o receio, mas após a prática eu acredito que é mais a questão do professor, porque tipo os pais eles têm um controle na escola, a igreja ela possui também uma influência na escola só que eu acredito que o professor ele tenha muito medo de colocar essas questões por essa influência e também por falta de conhecimento eu acredito[...] (Ana, 21 anos);

a família é um empecilho, às vezes o próprio professor também. [...] minha época que eu estudava a gente só via dessas questões, dessas temáticas quando tinha alguma palestra, alguém de fora vinha ministrar palestras pra gente na escola aí a gente tratava dessas temáticas, foi a primeira vez que eu vi uma camisinha na minha vida, eu me lembro como se fosse hoje, sétimo ano ou era o oitavo ano já “tava” indo para o ensino médio, foi a primeira palestra que alguém veio e trouxe uma camisinha, foi a primeira vez que eu vi. (Diana, 25 anos) (grifos meus)

Diante do exposto, as graduandas conseguem reconhecer a fragilidade dos docentes em trabalhar com os saberes sobre a educação sexual em suas práticas educativas, da necessidade de conhecimentos científicos ou técnicos, apesar de destacarem também a influência da família na escola, a igreja, os docentes são os únicos que têm a autonomia para promover a inclusão dessa temática em sala de aula. Ainda nesse discurso, Diana (25 anos) relata sua experiência na escola na educação básica, uma palestra que foi ministrada praticamente quando já estava indo para o ensino médio e a questão da condução da palestra que não foi realizada pelos profissionais daquela escola. Então, entendemos que estas questões com relação ao posicionamento dos profissionais da educação básica perpassam pelos diversos nos contextos educacionais.

Nessa óptica, questionamos, por que é importante a formação dos profissionais em Educação Sexual? Todas as questões postas pelos graduandos foram semelhantes, dessa forma vamos apresentar apenas um discurso, já que todas abordam no mesmo sentido, assim

Bom, é importante porque a gente vai atender os diversos tipos de público, seja no antigo fundamental I ou fundamental II e educação infantil entendeu? A educação sexual não se volta apenas para a questão dos rótulos, mas sim

de todo um desenvolvimento da pessoa e isso muitas vezes é negado as crianças na escola por possuírem algum desenvolvimento de questões como meninos que são considerados afeminados, de meninas que querem se comportar como homens, ditos cujos, entendeu? E na escola, a partir do momento que a gente não tem a presença dessa educação sexual, diversos comportamentos podem constranger a criança até entendeu? Não ser desenvolvido o que a gente sabe que realmente influencia muito no desenvolvimento dela e eu acredito que deva ter na escola, não como uma disciplina, como eu já disse antes, mas a interdisciplinaridade em todas as disciplinas. (Ana, 21 anos).

Assim, a formação docente assume condições para a efetivação das práticas docentes, os saberes e técnicas necessárias à intervenção em sala de aula, na escola, isto é, a educação sexual deve estar presente no cotidiano educativo das crianças/jovens, como bem destaca Ana (21 anos) desde a educação infantil até o fundamental II, deve-se tratar dessas temáticas, atender as necessidades e curiosidades do público diverso, promover a diversidade, porém isso deve ser feito de modo interdisciplinar, e não se tratar apenas em uma disciplina específica. Ressalvo aqui que em algum momento abordei no texto educação escolarizada, “[...]a nossa falta de confiança, numa educação sexual escolarizada, a partir da instituição de uma disciplina escola [...]” (LOIOLA,2006, p.164).

E se ocorrem conflitos, indagamos sobre o que os graduandos acredita que seria necessário fazer para o enfrentamento da discriminação e do preconceito na diversidade sexual? Vejamos:

Eu acho que o ideal seria você tá sempre trazendo pra sala de aula, pra sua casa, pro meio social essas discussões, leva um certo tempo, mas é preciso se fazer presente essa discussão, quebrar esses tabus, esses preconceitos, essa discriminação, porque somos todos iguais, o fato de eu nascer mulher, do meu gênero ser feminino e eu me identificar com o gênero masculino não quer dizer que eu sou diferente de uma pessoa que nasce com o gênero feminino e se identifica com ele, somos todos iguais, a gente tem que quebrar essa diferença. (Maria, 23 anos).

O conhecimento, o confronto, porque todos nós temos concepções, mas a partir do momento que a gente se fecha pra alguma coisa a gente nunca vai entender e a gente sempre vai ter aquele preconceito, a gente sempre tem um preconceito por aquilo que a gente não conhece. Então compreender, conhecer e procurar entender é o que mudaria essa situação. (Ana, 21 anos).

Isso daí é muito complexo, porque assim num sistema macro se a gente for falar de nacional, a gente tem que pegar desde os nossos governantes que estão lá, pensando políticas públicas de inclusão pra essas pessoas, para essa diversidade, pra acabar com essa discriminação dessas pessoas até o prático, até o que eu faço hoje aqui e agora pra erradicar essa discriminação, não é só eu esperar que se estabeleçam leis que digam que discriminação, que

discriminar uma pessoa é errado e se eu discriminar eu vou ser preso, acho que esse trabalho é um trabalho “humanizado” [...] (José, 23 anos);

O que eu acho que deveria ser feito... ser trabalhada aliás, ela tá incluída no currículo, eu acho que é uma forma e a partir daí a questão das formações, trazer a família e a comunidade pra escola pra se trabalhar essas questões, porque aí eu acho que trabalhando no âmbito geral, eu acho que traria respostas positivas. (Diana, 25 anos)

Em suma, os graduandos discutem as questões que retratam os conflitos voltados a homossexualidade nos espaços diversos, da família à escola, confrontos relacionados às identidades de gênero, o conhecimento como fator determinante para romper com os preconceitos e tabus, que a inclusão dessas temáticas não seja somente através das políticas públicas, mas que esse trabalho pode ser iniciado a partir das ações humanizadas, para finalizar a inserção do currículo como forma de promover positivamente o trabalho na escola. Portanto, podemos dizer que os graduandos compreenderam a importância de desenvolver um trabalho direcionado para a educação sexual.

Neste sentido, para finalizar as discussões, interrogamos os graduandos, como eles imaginam que vão lidar com as questões da sexualidade e da diversidade sexual na escola? Que sentimentos essa questão traz? Obtivemos o seguinte:

A minha... o meu conhecimento ainda é pouco sobre isso, eu preciso me aprofundar mais, procurar saber mais, principalmente na área infantil porque eu acho que é mais complexo, eu tenho aquela base bem frágil ainda sobre lhe dar com isso, eu acho que eu tentaria, mas como cada criança é uma criança, cada caso é um caso, pela minha base, a minha base eu acho muito frágil pra lhe dar com essas situações. Preciso me aprofundar mais, conhecer mais e eu acho também que o mais importante é escola e família caminhar juntos, principalmente nesses temas. (Maria, 23 anos);

Olha, eu espero bastante apoio da escola, porque enfim, essa questão de... pronto, empregos também, estáveis, infelizmente os professores as vezes tendem a ter posturas que realmente vão contra seus princípios, até porque tem toda uma questão complexa e tal de se manter, lógico que eu entendo isso, só que eu acredito que minha prática deve ser bem... vai ser na base do confronto mesmo e essa quebra de paradigmas que a gente tá sempre postas em cima da gente, essas ideologias da escola excludentes, integracionistas. (Ana, 21 anos);

O meu trabalho voltado pra gênero e sexualidade se eu for trabalhar isso na escola vai ser voltado pra população no geral, eu quero trabalhar com a comunidade não só com as pessoas, com os pais dos alunos, com os professores, com os alunos no geral, se eu tiver a oportunidade de trabalhar isso eu quero trabalhar sem rótulos, sem definições, sem limitações, que tenha ou que não tenha caso, porque se tiver caso a gente

vai combater e se não tiver a gente vai prevenir pra que não tenha. (José, 23 anos);

Eu não me vejo de certa forma eu não me vejo atuando como professora, mas se um dia eu for professora eu acredito que eu vou dar o melhor de mim em relação ao tratamento dessas questões, porque como eu já falei a minha temática também ela não é muito vista, não é muito comentada, não é muito trabalhada na sala de aula e é uma questão que era pra tá dentro do currículo escolar como disciplina, eu acho que era pra tá como disciplina, como essa também que é de extrema importância. (Diana, 25 anos) (grifos meus)

O que podemos destacar nas falas acima é o reconhecimento do(a)s graduando(a)s, em assumir que seu conhecimento ainda não é suficiente. Que há a necessidade de aprender mais sobre as temáticas discutidas durante todo este trabalho. O apoio da escola também é colocado como fundamental na prática pedagógica, a intervenção como multidisciplinar, voltado para a população no geral e encerrando com um questionamento de Diana (25 anos) que as questões da sexualidade e da diversidade sexual na escola deveria estar explicitamente no currículo escolar e principalmente como disciplina, porque se assim não acontecer não teremos abordagens sobre essas temáticas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as questões postas neste trabalho se dirigiam para investigar o percurso de construção de conhecimento do(a)s graduando(a)s de pedagogia da UFCG, a partir das experiências e formação desses sujeitos em Educação Sexual. Assim, busquei compreender como a educação sexual, a partir das experiências de vida e da formação profissional, contribui para a sua formação docente em educação sexual.

Levando em consideração o momento vivenciado na sociedade atual que é a (re)produção de preconceitos, discriminações e violências contra mulheres e LGBT, destaco a importância de uma formação docente para o trato desses, pois a temática Educação Sexual ainda se encontra invisibilizadas em muitos espaços sociais, principalmente nas escolas.

O encontro com o(a)s graduando(a)s de pedagogia da UFCG para a discussão sobre educação sexual, através de narrativas, discursos, diálogos e saberes diversos atribuídos à sexualidade humana e a diversidade sexual, possibilitou refletir sobre a perspectiva de uma educação escolarizada comprometida com a vida dos sujeitos, de modo que as ações educativas escolares devem estar para além do enfrentamento de conflitos que negam aos sujeitos vivenciar suas sexualidades.

Às pessoas LGBT são atribuídos rótulos e manifestações homofóbicas diversas, fazendo dos espaços de convivência coletiva ambientes de violências físicas, psicológicas, morais etc. Assim, faz-se necessário trazer essas discussões para o currículo da escola, no intuito de garantir a defesa de direitos sexuais como direitos humanos, de maneira a entender as pessoas LGBT como sujeitos de direitos, livres de qualquer tipo de discriminação.

Quanto às experiências de educação sexual relatadas pelo(a)s graduando(a)s pude constatar que a família, os pais, avós e tios, desde a infância, influenciam na educação de seus filhos, netos e sobrinhos, determinando como devem se comportar, ensinando os papéis para “meninos” e “meninas”. Os relatos de experiências do(a)s graduando(a)s são explicitamente as brincadeiras, as proibições ou os silenciamentos, a omissão de falar sobre sexualidade. Ressaltam ainda que quando jovens essa educação continua a ser ensinada, isto é, prevalecem as padronizações de gênero, de maneira a controlar os papéis sexuais, o que é permitido e o que é proibido. Isso tem influenciado negativamente na vida dos sujeitos. Com relação a escola, essas discussões praticamente não acontecem, e se acontecem é de maneira não programada, na maioria das vezes reproduzindo os valores que são instituídos também pela família. Portanto, tanto as famílias como a escola contribuem na produção e reprodução dos

saberes, hierárquicos, ideológicos, hegemônicos ou heteronormativa, convém entender também que estes espaços apenas refletem um histórico e cultura instituída principalmente pelo o Estado e a Igreja e que perpassam de geração em geração.

No campo das experiências em educação sexual, o fato de alguns sujeitos desta pesquisa serem moradore(a)s da zona rural - “sítio” - apareceu como algo relevante para alguns sujeitos, no sentido de pensar que nos espaços do sítio, a educação sexual se diferencia daquela vivida na cidade. Aqui, “ser do sítio” aparece como sinônimo de distanciamento dos saberes sobre a questão de gênero e sexualidade, em especial, sobre as questões de diversidade sexual. No imaginário de alguns, no sítio só existia a heterossexualidade.

Alguns sujeitos apontam, ainda, que a aproximação com pessoas LGBT foi importante para a desconstrução de preconceitos e discriminações e dos estereótipos a eles atribuídos. Essa aproximação dar-se após a vida adulta e tem como referência a saída de casa e a mudança para a cidade.

Quanto aos espaços de formação, tanto a escola (re)produz conceitos e estereótipos, quanto a família e a igreja. Estas instituições sociais insistem em padronizar a vida dos sujeitos, através da divisão binária de sexo, reafirmando cotidianamente a supremacia do homem sobre a mulher.

Sobre a formação profissional foi possível perceber que a entrada do(a)s graduando(a)s para na Universidade foi de grande relevância, de maneira que puderam ter conhecimento acerca de gênero e diversidade sexual, especialmente sobre os conceitos e diferenças sobre orientação sexual, desconstruindo e construindo significados acerca da educação sexual e rompendo com conceitos padronizados e/ou enraizados.

Sobre a formação inicial em pedagogia na UFCG, podemos pensar que, no que diz respeito às questões de gênero e diversidade sexual, essas temáticas parecem estar sendo abordadas numa perspectiva da transversalidade, uma vez que o(a)s graduando(a)s revelaram que essas temáticas foram abordadas em uma diversidade de disciplinas do currículo do curso de Pedagogia.

Podemos dizer que o(a)s graduando(a)s compreenderam a importância de desenvolver um trabalho direcionado para a educação sexual, de maneira a respeitar as diferenças e que a formação não se faz somente intelectual mas humana. Ao reconhecerem a insuficiência dos conhecimentos sobre gênero e diversidade sexual adquiridos até aqui, para a atuação como educadore(a)s, o(a)s graduando(a)s demonstram a capacidade de perceber suas limitações e os desafios que enfrentarão no exercício do magistério.

Entendo ser a partir dessa perspectiva que a escola deve abordar as questões de gênero e de diversidade sexual, de maneira que os sujeitos venham respeitar as diferenças humanas e promover a diversidade sexual e não (re)afirmar a desigualdade de gênero, que se impõe sob a vigilância da orientação sexual do outro.

Acredito que o objetivo desta pesquisa foi alcançado e temos a convicção de que ela gera outros questionamentos pertinentes a essa abordagem, pois cada um de seus capítulos gera uma nova problemática e possivelmente novas pesquisas. Por fim, esperamos que esse trabalho seja um impulsionador de outros que devam vir a surgir.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Lei Maria da Penha (2006)]. **Lei Maria da Penha**: Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. – Brasília :Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

_____. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

_____. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Curso de Aperfeiçoamento em Gênero e Diversidade na Escola**. Universidade Federal do Ceará. Instituto UFC Virtual, 2010.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. - 3. Ed.- Brasília: A Secretaria,2001.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão** / Organizado por Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Simone Medeiros. – Brasília: Conselho Nacional de Educação: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2013. 480 p. ISBN 978-.

CAMURÇA, Sílvia. “Nós Mulheres” e nossa experiência comum. In: **Desatando nós: fundamentos para a práxis educativa sobre gênero e diversidade sexual**. / Adriano Henrique Caetano Costa, Alexandre Martins Joca, Luís Palhano Loiola [] organizadores. – Fortaleza: edições UFC, 2009.

CANDAU, Vera. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas** / Antonio Flávio Moreira, Vera Maria Candau (orgs.). 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; ANDRADE, Fernando César Bezerra de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Gênero e diversidade sexual: um glossário** / Maria Eulina Pessoa de Carvalho, Fernando César Bezerra de Andrade, Rogério Diniz Junqueira – João Pessoa: Ed. Universitária / UFPB, 2009.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade** / Suely Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. (citei o artigo de Minayo, Ciência, Técnica e arte: o desafio da pesquisa social)

DEWEY, John. **Experiência e Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOHN. Maria da Glória. **500 anos de Lutas Sociais no Brasil**: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. VER. Mediações, Londrina, v.5, p. 11-40, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/9194/7788>> Acesso em: 25/05/2018.

JOCA, Alexandre Martins. **Diversidade sexual na escola**: um “problema” posto à mesa. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, CE: 2008.

_____. In: Educação escolarizada e diversidade sexual: problemas, conflitos e expectativas. In: **Desatando nós**: fundamentos para a práxis educativa sobre gênero e diversidade sexual. / Adriano Henrique Caetano Costa, Alexandre Martins Joca, Luís Palhano Loiola [] organizadores. – Fortaleza: edições UFC, 2009.

LOIOLA, Luís Palhano. **Diversidade Sexual**: Perspectivas Educacionais. Fortaleza: Edições UFC, 2006.

_____. Sexualidade, Gênero e Diversidade Sexual. . In: **Desatando nós**: fundamentos para a práxis educativa sobre gênero e diversidade sexual. / Adriano Henrique Caetano Costa, Alexandre Martins Joca, Luís Palhano Loiola [] organizadores. – Fortaleza: edições UFC, 2009.

LÓPEZ. Maximiliano Valério. **O Conceito de Experiência em Michel Foucault**. In: Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.19, n2, p.42-55, jul./dez.2011.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas / Menga Lüdke, Marli E.D.A. André. – São Paulo: EPU, 1986.

PEDROSA. Francisco. Movimento LGBTT e suas práticas educativas no âmbito da sexualidade e da luta contra aids. In: Educação escolarizada e diversidade sexual: problemas, conflitos e expectativas. In: **Desatando nós**: fundamentos para a práxis educativa sobre gênero e diversidade sexual. / Adriano Henrique Caetano Costa, Alexandre Martins Joca, Luís Palhano Loiola [] organizadores. – Fortaleza: edições UFC, 2009.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2º ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2008.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil.. 1ª Edição. Brasília – DF - 2015

Sites:

Declaração Universal em Direitos Humanos. 10 de dezembro de 1948. UNIC/Rio/005. Janeiro 2009. (DPI/876).

Catecismo da Igreja Católica. **Terceira parte: A vida em Cristo.** Parágrafos 2196-2557. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/p3s2cap2_2196-2557_po.html>. Acesso em: 05/07/2018

BEZERRA, Maria Luíza da Costa; RIBEIRO, Márcia Maria Gurgel Ribeiro. **A escola e o currículo multicultural:** a diversidade em questão. Disponível em: <<http://afirse.com/archives/cd11/GT%2010%20%20PR%C3%81TICAS%20EDUCATIVAS%20E%20DIVERSIDADE%20CULTURAL/1046%20A%20ESCOLA%20E%20O%20CURR%C3%8DCULO%20MULTICULTURAL%20-%20luiza.pdf>> Acesso em: 22/05/2018

Bacharel em direito baleada no rosto morre na PB; suspeito é o namorado. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/05/bacharel-em-direito-baleada-no-rostomorre-na-pb-suspeito-e-o-namorado.html>> Acesso em: 25/07/2018.

Travesti Dandara foi apedrejada e morta a tiros no Ceará, diz secretário. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>> Acesso em: 25/07/2018.

Vereadora do PSOL, Marielle Franco é morta a tiros na Região Central do Rio. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.ghtml>> Acesso em: 25/07/2018.

Pessoas LGBT mortas no Brasil. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>> Acesso em: 30/05/2018.

APÊNDICE 01

Roteiro Entrevista

Formação pessoal (Experiência de vida)

- Eu queria que você se apresentasse para mim. (Idade; onde mora; se já tem experiência como professora; qual semestre está cursando);
- Quais conhecimentos sobre gênero e diversidade sexual você tinha antes de ingressar na Universidade?
- Como foi a sua educação sexual (na família, na escola, na igreja etc.)?
- Em qual lugar, fora da Universidade, você adquire conhecimento sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual?
- Você tem alguma experiência relacionada a sexualidade que tenha te marcado? Descreva-a! (Tipo: algum fato que tenha ocorrido na sua vida, que você tenha vivido ou presenciado que tenha te marcado, despertado algum sentimento, curiosidade etc.).
- Você conhece algum movimento social ligado a questões de gênero e sexualidade? Qual?
- Você participa de algum movimento social ligado a questões de gênero e sexualidade? Qual?

Formação Acadêmica (formação profissional):

- Quais os momentos, na Universidade, que essas temáticas foram abordadas? Como foi?
- Esta temática Educação Sexual está presente na sua formação inicial, enquanto aluno do CFP?
- Como você avalia a discussão sobre gênero e sexualidade na formação docente?
- O currículo oferece uma disciplina sobre esta temática. Como foi essa disciplina? Qual a colaboração para a sua formação?
- Você participou do curso “Educação Sexual e Cidadania”. O que levou você a se inscrever nesse curso? Qual a motivação inicial? O que você esperava do curso?
- No decorrer do curso em educação sexual, foi apresentado algum tema/conteúdo que você não sabia?

- Quais questões você considerou mais positivas para você? Em quem o curso contribuiu para sua formação docente? O que o curso trouxe de novo para você?
- O que aconteceu no curso “Educação Sexual e Cidadania” que você mais gostou? Como foi isso? Por que você acha que isso te marcou?
- O que este curso em Educação Sexual contribuiu para a sua atuação na prática pedagógica?
- Quais os desafios de trabalhar a educação sexual dentro da educação básica?
- Por que é importante a formação dos profissionais da educação em Educação Sexual?
- O que você acredita que seria necessário fazer para o enfrentamento da discriminação e do preconceito na diversidade sexual?
- Como você imagina que vai lidar com as questões da sexualidade e da diversidade sexual na escola? Que sentimentos essa questão lhe traz?

APÊNDICE 02



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Conforme Resolução do CNS/ No. 466/2012).

Esta pesquisa intitula-se, Formação Docente em Educação Sexual e será desenvolvida por Clênia Valéria Gonçalves Soares, graduanda em Pedagogia pela Unidade Acadêmica de Educação (UAE), do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), *Campus* Cajazeiras – PB, sob orientação da/o Prof. Dr. Alexandre Martins Joca. Tem como objetivo principal o de analisar as contribuições do curso Educação Sexual e Cidadania na formação de graduandos do CFP/UFCG. A participação dos alunos é voluntária, portanto, não será obrigatória a esses sujeitos fornecerem informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores. Caso não participe, ou resolver a qualquer momento desistir de participar, não haverá nenhum dano e prejuízo, nem haverá modificação no percurso desta pesquisa.

Esta pesquisa terá a duração de 4 (quatro) meses e para o seu desenvolvimento serão utilizadas as técnicas de entrevista semi-estruturada acerca do objeto de estudo da pesquisa, em seguida, serão feitos os procedimentos de tratamento dos dados coletados, após esta etapa, será feito um retorno aos sujeitos participantes para conferência do conteúdo e confirmação do seu devido uso na pesquisa.

Os riscos que envolvem esta pesquisa estão de acordo com a Resolução do CNS/ No. 466/2012, sendo mínimos e previsíveis, no entendimento de que, por se tratar de seres humanos, revocar alguns conceitos que envolvem educação, formação, experiência, gênero, sexualidade, diversidade sexual e sexualidade, podem trazer questões que leve os sujeitos a se sentirem inseguros, mas, estes terão autonomia para decidir se continua ou se interrompe a sua participação.

Os benefícios desta pesquisa estão de acordo com a Resolução do CNS/ No. 466/2012, podendo, portanto, indicar trilhas diferenciadas para a melhoria da qualidade do ensino universitário, como lócus de produção do conhecimento, que se faz legitimar pelas sendas das competências da formação do sujeito social e que, em outra dimensão, poderá

servir como um material didático de referência e estímulo ao professor na compreensão e valorização da formação para a cidadania, que envolve não somente a formação intelectual, mas a formação humana dos indivíduos.

Assim, solicito a sua permissão, para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos. Nisso, será garantida a privacidade dos dados e informações fornecidas, que se manterão em caráter confidencial. Por ocasião da publicação dos resultados, o nome e/ou imagens dos sujeitos envolvidos será/ão mantida/os em sigilo. A pesquisadora responsável estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Fica registrado também, que tenho conhecimento de que essas informações, dados e/ou material serão usadas pela responsável da pesquisa, com propósitos de divulgá-los em meios científicos especializados.

Eu, _____,
 declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participação na pesquisa e para a publicação dos resultados. Estou ciente e acuso recebimento de uma cópia deste documento.

Cajazeiras, ____ de _____ de _____.

 Assinatura do (a) entrevistado (a)

 Assinatura da Pesquisador (a)

Contatos da pesquisa:

UAE/CFP/UFCG- Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n – Casas Populares, Cajazeiras - PB

Fone: (83)

Fax: (83)

E-mail:

E-mail: cleniagoncalves@gmail.com

Fone: (83)99925-4120